



**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO INTERDICCIPLINARES EM HUMANIDADES**

PITER INDAMI

**A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM PAÍSES DO SUL: O CASO DA GUINÉ-
BISSAU NO PLANO SOCIOPOLÍTICA**

REDENÇÃO

2017



**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO INTERDICIPINARES EM HUMANIDADES**

PITER INDAMI

**A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM PAÍSES DO SUL: O CASO DA GUINÉ-
BISSAU NO PLANO SOCIOPOLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

REDENÇÃO

2017

PITER INDAMI

A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM PAÍSES DO SUL: O CASO DA GUINÉ-BISSAU NO PLANO SOCIOPOLÍTICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 21 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Orientador e presidente: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Examinadora externa Profa Me. Jamile Lourdes Ferreira Tajra
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Examinadora interna: Profa Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Dedico este meu trabalho para os meus amados pais, apesar de não estarem presente neste mundo para poder celebrar junto comigo essa conquista de mais um salto na vida acadêmica, este meu trabalho de conclusão de curso (TCC) vai especialmente para eles, mas especialmente ainda para minha querida e amada mãe, amiga, minha heroína meu tudo. Mãe a sua luta desde quando eu era pequeno faz-me hoje ser um homem integro, sempre lembro que naquele momento que eu estava estudando na Escola Nacional de Administração-ENA, sempre mostrava essa garra e firmeza na continuidade dos meus estudos. Com tanta dificuldade financeira que a minha família vive, mas sempre procurou na medida de possível custear a minha escola desde criança, você é uma guerreira de verdade, se hoje sou o que sou ou serei amanhã é por causa de você mãe. Depois de passar um mês da minha saída de Bissau para Brasil, recebi a notícia mais dura da minha vida sobre o seu falecimento, no dia 10 de Junho de 2015, essa data já mais sairá da minha cabeça, creio que você vai me acompanhar ainda muito nessa vida, também creio que um dia encontraremos de novo. Ainda agradeço muito o meu primo o meu querido tio Antônio Sambé, pelo carinho ensinamentos que sempre me deu desde pequeno. Também dedico este trabalho aos meus grandes e queridos primos Paulino Imanta e Pedro N, bana que sempre estiveram prontos para poderem contribuir nessa minha carreira estudantil, espero que a bondade do Senhor e Salvador Jesus cristo sempre vai estar com vocês e retribuirá todo o esforço que um dia vocês deram por mim. Uma coisa sei, que não posso vos retribuir, mas creio que a benevolência de Deus permitirá que um dia o vosso sonho se torne numa realidade. Ainda dedico o mesmo para meu querido irmão Djadone Dias Fernandes, meu amado filho Ericsson e a sua mãe Salimato Mané, Annie Rosa Ribeiro Madeira que sempre me deram razão para que eu posso continuar batalhando nessa jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pai criador de todas as coisas, pela forma que me deu a oportunidade de poder estudar e terminar essa primeira fase. Apesar de ser muito difícil tendo em conta a situação que aconteceu no começo, mas graças a benevolência dele consegui superar várias barreiras que estava criando dificuldades na minha frente. Todo esse trabalho foi concluído graças A ELE, MERECIDOR DE TODA GLÓRIA (DEUS).

Agradeço muito do fundo do meu coração o meu querido orientador Ricardo Ossagô de Carvalho, a qual considero como um pai para mim, sei que trouxe muitas tarefas para te, mas o mais importante é que sempre arranjastes soluções para que posso entender as coisas de forma correto. Espero que Deus vai lhe ajudar atingir com sua humildade todos os seus objetivos e que a sua vida terrena vai continuar a ser uma benção não só para mim, mas também para os guineenses e toda a comunidade acadêmica.

Os meus agradecimentos vão ainda para todos os meus queridos amigos e amigas, principalmente aquele que acredita sempre em mim, na qual procuramos debater sobre diversos assunto nas calçadas dos campos da UNILAB, e para aqueles que sempre me encorajaram nos momentos que mais precisei na vida.

OBRIGADO A TODOS VOCÊS!

RESUMO

O trabalho em apreço é fruto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) , cujo o objetivo é analisar a cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau no plano sociopolítica a partir dos anos 2003 a 2015, procurando assim compreender o que motivou a cooperação entre os dois países, entende-se que cada cooperação tem as suas motivações, quer no plano político, econômica ou social, mas de qualquer das formas ele vai ter as suas motivações, compreender a política internacional do Brasil para o continente africano, pois a política de cooperação brasileira está inserido dentro da sua política externa e principalmente para os países da CPLP na qual o Brasil faz parte. Também procuramos entender a situação social e político entre os dois países, assim debruçando as nossas análises nas questões como: a pobreza que abala os dois países, mais a Guiné-Bissau que o Brasil, a fraca aplicação da política para o crescimento do sector da educação e fraca aplicação das políticas sociais para o desenvolvimento da própria sociedade, também procuramos compreender as situações da conjuntura política nos últimos anos nos dois países, no caso da Guiné-Bissau tem tido uma luta desordenado dos partidos políticos e grupos de interesses pela aquisição, exercício e manutenção do poder, pelo que constituiu umas das principais razões da radicação das sucessivas instabilidade política vivido no país, com danos sociais e econômicas, contribuindo assim no afastamento de paz social na sociedade bissau guineense. Nesta senda ainda, tentaremos compreender o impacto que está cooperação tem na sociedade bissau guineense. Com base nisso procuramos analisar como a política externa da Guiné-Bissau tem atuado fora através das cooperações com outros países na procura da concretização da sua demanda. Politicamente este trabalho é muito útil, pois resgata a memória de um acordo de dezenas de anos, e servirá de um elemento informador riquíssimo quando há necessidade de debate ou análise política sobre a cooperação entre os dois países, facilitando de tal maneira os envolventes a entender os objetivos dessa cooperação e saber enquadrar as coisas da melhor maneira.

Palavras-Chave: Guiné-Bissau; Brasil; Cooperação.

ABSTRACT

This work is the result of a Course Completion Work (CBT), whose aim is to analyze the cooperation between Brazil and Guinea Bissau in the socio-political plane from the years 2003 to 2015, in order to perceive what motivated the cooperation between the two countries. It is figured out that each cooperation has its inducements, either the politically, economically or socially, but in any case it will have its motivations, to understand the international policy of Brazil for the African continent, since the politics of Brazilian cooperation is embedded within its foreign policy and especially for the CPLP countries in which Brazil is a part. We also sought to perceive the social and political situation between the two countries, by analyzing the issues such as: poverty that shakes both countries, with more intensity in Guinea-Bissau than Brazil, weak implementation of the policy for the growth of the education and weak application of social policies for the development of society itself. We also try to comprehend the situations of political conjuncture in recent years in the two countries. In the case of Guinea Bissau has had a struggle of political parties and interest groups for the acquisition of power, exercise and maintenance of power, and therefore constituted one of the main reasons for the successive political instability in the country, with social and economic damages, thus contributing to the removal of social peace in Guinean Bissau society. In this way, we will try to understand the impact that this cooperation has on Guinea Bissau society. Based on this, we seek to analyze how Guinea-Bissau's foreign policy has operated through cooperation with other countries in the pursuit of its demand. This work is very useful politically, just because it rescues the memory of an agreement of tens of years. And it will serve as a very rich information element when there is a need for debate or political analysis about the cooperation between the two countries, facilitating in such a way those are involved to understand the objectives of this cooperation and perceive how to frame things in the best way.

Keywords: Guinea Bissau. Brazil. Cooperation.

RÉSUMÉ

Ce travail est le résultat d'un travail d'achèvement de cours (CBT), dont le but est d'analyser la coopération entre le Brésil et la Guinée Bissau dans le plan sociopolitique entre 2003 et 2015, afin de percevoir ce qui a motivé la coopération entre les deux des pays. Il est compris que chaque coopération a ses incitations, que ce soit politiquement, économiquement ou socialement, mais en tout cas elle aura ses motivations, pour comprendre la politique internationale du Brésil pour le continent africain, puisque la politique de la coopération brésilienne est intégrée dans sa politique étrangère et en particulier pour les pays de la CPLP dont le Brésil fait partie. Nous avons également cherché à percevoir la situation sociale et politique entre les deux pays, en analysant les problèmes tels que: la pauvreté qui secoue les deux pays, avec plus d'intensité en Guinée-Bissau que le Brésil, une faible mise en œuvre de la politique de croissance faible application des politiques sociales pour le développement de la société elle-même. Nous essayons également de comprendre les situations de conjoncture politique des dernières années dans les deux pays. Dans le cas de la Guinée Bissau a eu une lutte des partis politiques et des groupes d'intérêt pour l'acquisition du pouvoir, l'exercice et le maintien du pouvoir, et constituait donc l'une des principales raisons de l'instabilité politique successive dans le pays, avec des dommages sociaux et économiques , contribuant ainsi à l'élimination de la paix sociale dans la société guinéenne Bissau. Nous essaierons ainsi de comprendre l'impact de cette coopération sur la société bissau-guinéenne. Sur cette base, nous cherchons à analyser comment la politique étrangère de la Guinée-Bissau a fonctionné grâce à la coopération avec d'autres pays dans la poursuite de sa demande. Ce travail est très utile politiquement, juste parce qu'il sauve la mémoire d'un accord de dizaines d'années. Et il servira d'élément d'information très riche lorsqu'il y aura un besoin de débat ou d'analyse politique sur la coopération entre les deux pays, facilitant ainsi ceux qui sont impliqués pour comprendre les objectifs de cette coopération et percevoir comment cadrer les choses dans la meilleure façon.

Mots-clés: Guinée Bissau. Brésil. La Coopération.

LISTA DE SIGLAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação
AIDS - Deficiência do Sistema Imunológico Adquirida
CEDAO - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CENFI - Centro de Formação Industrial
CFFSBGB - Centro de Formação de Força de Segurança Brasil Guiné-Bissau
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CSS - Cooperação Sul-Sul
CT - Curso Técnico
DENARP - Documento da Estratégia Nacional de Redução à Pobreza
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EUA - Estados Unidos de América
FARP - Forças Armadas Revolucionárias de Povo
FHC - Fernando Henrique Cardoso
GM - Guerra Mundial
HIV- Vírus da Imunodeficiência Humana
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
ONU - Organização das Nações Unidas
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA - Organização da União Africana
PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEC-G- Programa de Estudantes - Convênio de Graduação
PEC-PG- Programa de Estudante - Convênio de Pós-graduação
PIB - Produto Interno Bruto
PM - Primeiro Ministro
ProUni- Programa Universidade para Todos
PSDB - Partido Social Democrata Brasileiro
PT - Partido dos Trabalhadores
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UNIOGBIS - Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau.

ZoPaCAS - Zona de Paz do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE PROCESSO COOPERACIONAL	15
1.1.1 Contextualização sobre Cooperação.....	17
2 ASPECTO MOTIVADORA DA COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E GUINÉ-BISSAU: CONTEXTUALIZAÇÃO.....	18
2.1 PRIMEIRA FASE DA COOPERAÇÃO: MOTIVAÇÃO HISTÓRICO	19
2.2 SEGUNDA FASE DE COOPERAÇÃO: NOVO ALINHAMENTO	26
3 A SITUAÇÃO SOCIOPOLÍTICA GUINEENSE E BRASILEIRA: COMPLEXO E ADVERSIDADE COMPARATIVA	31
3.1 A SITUAÇÃO POLÍTICA GUINEENSE	31
3.1.1 Situação Social da Guiné-Bissau.....	38
3.2 SITUAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRO: CONTEXTUALIZAÇÃO E A SUA POLÍTICA EXTERNA A PARTIR DE 2003	42
3.2.1 A Situação Social Brasileira.....	47
4 IMPACTO DA COOPERAÇÃO BRASIL GUINÉ-BISSAU NA SOCIEDADE BISSAU GUINEENSE.....	51
4.1 IMPACTOS POSITIVOS NA COOPERAÇÃO ENTRE DOIS PAÍSES	51
4.2 IMPACTOS NEGATIVOS NA COOPERAÇÃO ENTRE OS DOIS PAÍSES.....	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Face às situações que a Guiné-Bissau vem travessando ao longo dos tempos, principalmente no que tange nas questões sócias e políticas, desde os finais dos séculos XX e as primeiras décadas dos séculos XXI, o país vem mostrando muitas dificuldades cíclicas em todas as camadas sociais, assim como nas esferas políticas onde podemos considerar que a necessidade de melhorar a estabilidade política e institucional deve ser um dos maiores tarefas de qualquer governo que está a liderar um país que tem várias dificuldades nas camadas supracitadas.

Com isso, queremos analisar com mais detalhes ao longo deste trabalho e também a cooperação do Brasil com a Guiné-Bissau no âmbito sociopolítica, tentar também entender a situação brasileira que vem sendo muito conturbado com grande índice da violência na sociedade brasileiras e estas situações vem coincidindo com a tenção política na Guiné-Bissau o que está provocando a separação da sociedade ou se não digamos uma divisão social, que outra ora torna muitas das vezes a fragilidade de um Estado bem visível, e por outro lado entender qual é a motivação dessa cooperação, o impacto que o mesmo tem na sociedade bissau guineense que ao longo da sua história como país independente tem tido várias dificuldades nas suas camadas sociais bem como na política.

Neste sentido a pretensão é de compreender com clareza á cooperação entre os dois países. Apesar de alguns relatos tem mostrado que o Brasil resgatou a integração com o continente africano devido às semelhanças culturais, serias de desafios comuns e ainda compartilham a mesma história do período escravocrata, ou se é por essa razão, como disse (CARVALHO, 2016; FERREIRA, 2009), o motivo mais forte e realista para esta aproximação é a busca por apoio na campanha por um assento permanente no conselho de segurança da ONU.

Segundo o discurso do governo brasileiro é necessário reformar ONU e o seu conselho de segurança, que deverá contar com novos membros permanentes vindo da Ásia, África e América Latina. O incremento das dificuldades entre os dois países na questão acima mencionada, vem sendo um importante caminho para o desenvolvimento deste trabalho, esta falta do incremento do investimento direto no país por parte do governo da Guiné-Bissau fez com que muitas dificuldades sociais e políticas vêm átonas e o seu desaparecimento no mercado externo, enquanto que por parte dos governos brasileiros este incremento do investimento direto no país fez com que as dificuldades sociopolíticas não estão bem visíveis como o caso da Guiné-Bissau.

Tendo presente às necessidades dos dois países na celebração bem como implementação da cooperação para áreas sociopolítica, neste trabalho apresentaremos uma visão própria do termo cooperação, procurando dialogar com diferentes autores e propostas conceituais deste vasto e complexo campo de estudo, a perspectiva é de apresentar uma dimensão desta cooperação entre os dois países e o impacto que o mesmo vem demonstrando na melhoria da sociedade bissau guineenses ao longo dos tempos.

O Brasil começou a sua cooperação com a Guiné-Bissau desde os anos de 1974, é um dos primeiros países a reconhecer a Guiné Bissau como um Estado independente e procura estabelecer a sua cooperação para que o país possa crescer, mas essa cooperação muitas das vezes tiveram recortes devidos a situação política que o país atravessa, não só a Guiné-Bissau, mas também com a mudança do regime o Brasil apresentava dificuldades. O acontecimento em 11 de setembro em EUA no ano 2001, fez com que o EUA reduziu a sua cooperação com muitos países do continente africano, e essa brecha deixada pelos EUA fez com que o Brasil aumentou dinâmica na sua política externa e passa a ter outra posição no continente, mas todo este processo da ampliação da dinâmica da política externa brasileira aconteceu na gestão de Luís Inácio Lula da Silva.

O trabalho procurou se explicar as possíveis razões do não desenvolvimento da Guiné-Bissau através das dificuldades que vem sendo notável desde a abertura da democracia na década 90, mas focalizando assim numa análise profunda a partir dos anos 2003, e as próprias incoerências dentro das lógicas democráticas cometidos pelos nossos líderes políticos, e estes fatos vem sendo repetitivo de maneira continuada que vem aumentando as dificuldades nas populações e fazendo crescer o nível da pobreza no país.

Percebendo que estas instabilidades políticas têm enclausurado de uma forma negativa o desenvolvimento do país de maneira clara, pelo que isso traz as consequências menos agradáveis para a política externa da Guiné-Bissau, sabendo que é através das cooperações que a Guiné-Bissau pode ganhar a experiência para sua evolução na política.

Devidos estas situações e a minha interação com a tese de doutorado do professor Dr. Ossagô de Carvalho criou se muitas inquietações em mim sobre a política externa brasileira com os países do continente africano principalmente os chamados os PALOPs, mas especialmente a sua ligação com a Guiné-Bissau no campo sociopolítico.

Isso motivou muito para a escolha do assunto que começamos a esboçar desde a elaboração do projeto de pesquisa, até a sua realização, compreendendo que seria muito bom compreender atuação dos dois países na sua cooperação e na promoção ou não da desigualdade dentro da própria sociedade. Pós o trabalho se justifica pelas várias razões, quer no campo

político, social e acadêmico, no qual vem merecendo destaque ao longo da realização da pesquisa. Também compreendemos que o mesmo vai contribuir muito nos três campos acima mencionados.

Assim, pode servir de um instrumento esclarecedor de motivos primordiais da cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau facilitando assim o melhor posicionamento na aderência e na participação ativa dos dois países, ainda as informações nela contida pode minimizar os preconceitos existentes entre as duas sociedades.

Neste caso, para a elaboração do trabalho, fizemos a compilação da bibliografia, visto que a nossa pesquisa ela é uma pesquisa bibliografia, onde as nossas informações saíram das fontes primárias e secundárias, entendendo que esse tipo de pesquisa não é uma mera repetição das informações, conforme Gil (2010), mas ela é muito mais do que isso, pois é uma organização e análises destes informações, também criamos dialogo com outros estudos, para melhor extrair as informações atreves dos artigos periódicos acadêmicos, monografias, teses de doutorados e livros, assim procuramos preencher alguns espaços deixados por outros estudos. Este foi a forma que utilizamos para a realização e o desenvolvimento do trabalho, e na medida que estamos analisando estes dados utilizamos o método qualitativa conforme Creswell (2010), permitindo assim nas coletas, análises e interpretação destes dados que vai dando o caminho que nos leva a encontrar os resultados. Tive muitas dificuldades para encontra os materiais sobre a crise política brasileira analisando assim a abertura de impeachment, percebendo que é um assunto muito novo ainda.

A propósito do nosso trabalho problematizar sobre as razões da recuperação do fio condutor da ligação que uniam os dois povos ao longo dos tempos onde usufruíam misérias dos colonizadores, razão pela essa aproximação do Brasil com África vem sendo muito importante para a compreensão das duas fases no qual desenvolvemos ao longo do trabalho. Cria se certas desconfianças sobre aproximação brasileira junto dos países africanos. Por outro lado, procuramos responder as questões problematizadas neste trabalho ao longo do nosso estudo.

A nossa pesquisa parte de hipóteses de que esta cooperação Guiné-Bissau e Brasil não só vai aproximar os dois povos, mais também, vai permitir com que ambas sabem interpretar a realidade de um e de outro, visto que ajudará muito na redução dos arcabouços construído da imagem que cada povo tem acerca do outro, o que facilitará na diminuição de muitos conceitos errados sobre a Guiné e sobre tudo com o continente africano, também o Brasil. Visto que essa cooperação não só ajudará no crescimento da política externa brasileira, mas o próprio Brasil vem preocupando muito com os países africanos da língua portuguesa, no sentido de melhorem

as suas políticas, essa partilha dos conhecimentos facilitará no crescimento para a realização das demandas.

Portanto, o presente trabalho da pesquisa tem como objetivo geral compreender a cooperação brasileira com os países do Sul: o caso da Guiné-Bissau no plano sócio política a partir dos anos 2003-2015. Entre tanto, para chegarmos aos resultados traçamos três objetivos específicos a fim de nos facilitar na realização do nosso trabalho.

O trabalho está dividido em cinco sessões contando com introdução e conclusão. A primeira sessão é essa introdução que traz o contexto introdutório do trabalho, desde o seu planejamento no projeto de pesquisa, até a sua execução, na segunda iremos mostrar aspectos motivacionais da cooperação, a terceira trará a compreensão sobre a situação sociopolítica brasileira e sociopolítica guineense, assim analisando a questão da pobreza na dimensão das duas sociedades e a desigualdade existente entre as duas sociedades, e o ultimo seção procura compreender o impacto que essa cooperação tem na sociedade Bissau guineense quer na área social assim como na política.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE PROCESSO COOPERACIONAL

Para o entendimento do sistema internacional e da política externa precisamos de compreender as demandas dos países que são desenvolvidos e os que estão em desenvolvimento, porque foi assim que apareceu as exigências que vem sendo seguidos para os que estão em desenvolvimentos, ou aceitar as exigências ou ficar sem apoios, como afirma Carvalho (2016, p. 83): “o intuito era que esses países continuassem a usufruir dos benefícios internacionais, mas para isso tinham que reformar as suas políticas internas para assim poderem contar com ajudas externas”. Estas dinâmicas das políticas internacional fez com que houve muitas aderências a fim de se poderem minimizar as necessidades vigentes nos países necessitados em especial a do terceiro mundo, mas sobre tudo nos países africanos, onde pode se verificar grandes dificuldades econômicas como países recém independentes, razão que levou uma explosão da cooperação dos países em desenvolvimento com os países desenvolvidos.

Salientando que, o sistema educativo na Guiné-Bissau tem muitas deficiências, principalmente quando formos para falar do ensino nas escolas públicas, isso foi um falhanço afirma (SEMEDO, 2009), que o país precisava de unificar o ensino, mas devido à falta da preparação que se encontra a sociedade bissau guineense naquele altura e também não havia muitos quadros no país para a realização de tal perspectivas e a falta da infraestrutura também

tornou este plano por baixo das águas, o que tornava a cada vês a digressão da sociedade bissau guineense, lembrando que devido a estas dificuldades o país precisava de apoio para poder minimizar estas demandas, logo tinha que procurar a cooperação com outro parceiro a fim de poder eliminar as necessidades primarias, logo encontrou o Brasil que estava à procura da sua ascensão através das políticas externas a fim de poder atingir os seus objetivos.

Com a vontade mostrado por partes no melhoramento de algumas dificuldades que a sociedade apresentava, neste caso a sociedade bissau guineense, logo deu a identificação das possibilidades do diálogo e cooperação, não apenas com governo, mas também com algumas organizações que estão operando diretamente na construção da sociedade e na promoção da paz e do direito humano.

Após que o Brasil assumiu a liderança da CPLP no ano 2000, buscou ainda mais fortalecer a sua cooperação com os países que compõem a organização na qual faz parte a Guiné-Bissau e buscou ainda a promoção da língua portuguesa através dos centros culturais instaladas nos diferentes países membros das comunidades com ênfase no tratamento de aids nos diferentes centros de saúde, estas estratégias foi realizada através da sua políticas externas.

Como é obvio que a política externa é muito fundamental para o desenvolvimento de qualquer Estado seja ele sem muitos recursos naturais ou dispõe de grandes recursos naturais, a realidade é que o continente africano dispõe de muitos recursos que a natureza lhe oferece, mas que muitos não tem meios para a sua exploração, estes são um dos problemas que estagna o desenvolvimento dos países do continente africano, sem perder também de vistas as instabilidades políticas, razão que muitas das vezes levaram muitos países que dispunha destes recursos a celebraram a cooperação com outros países do outro continente para melhor poder usufruir destas recursos.

O Brasil vem fazendo a cooperação com vários países do continente africano na tentativa de ajudar na exploração de alguns recursos naturais, como é o caso do petróleo.

O caso da Guiné-Bissau, que é um país com matérias primas e alguns recursos naturais, mas que não parece como quaisquer outros países que possui estes recursos, muitas das vezes só procuram as cooperações para a sua subsistência, pelo que devia ser uma procura que vai levar o país a busca do desenvolvimento que toda a sociedade almeja.

Os outros países está sendo fortemente cobiçados pelos existências de recursos possuídos aproveitando essas oportunidade das procuras que eles têm para poder andar na busca do desenvolvimento do seu povo, sendo que o desenvolvimento humano deve ser a prioridade para qualquer país, no caso da Guiné-Bissau está ideia não foi ainda a prioridade para os que estão na liderança do país, atenção virada do Brasil para com o continente africano onde a

Guiné-Bissau faz parte merecendo uma atenção do Brasil, através das suas políticas externas e por pertencer a mesma comunidade da língua portuguesa, essas são mito motivadoras para que os dois países fazendo cooperação, que é um instrumento da realização da política externa na maneira de poder aproximar os dois países, essa vontade política que os dois Estados celebraram no seu sentido mais amplo torna as vezes obscuros a contrapartida dessa ajuda que a Guiné-Bissau já ganhou por parte do Brasil estas subjacentes interesses estratégico nos planos sociais e políticos vem merecendo uma apreciação na compreensão dessa cooperação, se ajuda realmente foi um ato de generosidade ou digamos que é dar sem esperar ganho no futuro ou foi de dar e receber mais tarde.

1.1.1 Contextualização sobre Cooperação

O conceito da cooperação conforme Cau (2011, p. 68), a cooperação em efetiva credibilidade: “deve repousar num ato de vontade firme em interesses comuns e objetivos, quer do país doador quer do receptor. Deve se primar, portanto para as objetividades de interesses cuidadosamente identificado pelos autores envolvidos”, ainda o autor nos mostra que a cooperação pode ser o caminho para o fortalecimento da democracia entre os países cooperados, pelo que a cooperação deve ser fundamentada nos preceitos que cada um vai concordar, na mesma linha do pensamento do Lopes (2005, p. 61-62), a cooperação é um instrumento para o desenvolvimento que oferece a “possibilidade de melhorar a capacidade humana e institucional e utilizado, para tanto transferência adaptação e uso de habilidade e conhecimento”.

Pelo que, os países nela envolvidos precisam mostrar uma certa capacidade na elaboração da cooperação, estás elaboração da cooperação é o que Souza (2008, p. 215), chamou de ações voltadas para a articulação de entes governamentais, onde estas ações podem ser uma distinção importante para requer desenhos institucionais que vai “resultar na cooperação, embora ambas impliquem em barganha e negociação”.

2 ASPECTO MOTIVADORA DA COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E GUINÉ-BISSAU: CONTEXTUALIZAÇÃO

O Estado brasileiro, devido as suas longas histórias com os países que fazem parte do continente africano e em especial os Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP), na qual iremos debruçar a nossa análise sobre a sua ligação com a Guiné-Bissau. Nesta seção analisaremos de que forma foi novamente recuperado o fio condutor dessa ligação que foi posto de lado a muito tempo, pelo que podemos perguntar qual são os interesses brasileiros nesse retorno ao continente africano da qual veio mais de que 30% da sua população? As motivações dessa recuperação que não é mais uma ligação, mas sim a cooperação entre os dois países, que ao longo das suas histórias usufruíram das condições precárias implantadas pelos colonizadores portugueses, tanto no Brasil, quanto nos países africanos. A atual Guiné Bissau servia também como região de capturas de escravos, sendo Brasil como o último destino dos escravos.

A pergunta que se coloca é que, se antes existia a cooperação entre os dois países no período que ambas estão subjugo colonial ou não? Na verdade, o Brasil como irmão desses cinco países, por pertencerem o mesmo país colonizador no período colonial, Rizzi (2012), no seu livro, classificou a Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, e Cabo Verde, como pequenos PALOP, devido as demandas dos colonizadores portugueses, razão pela qual, estes três países entravam sempre nos segundos planos dos colonizadores, diferentemente de Angola e Moçambique que ela classificou de grandes PALOP.

Não só foram chamados de grandes pelas questões geográficas, mas também pelas facilidades que estes países proporcionavam nos negócios dos colonizadores portugueses, onde eles sentiam mais facilidade na realização de algumas demandas, “no entanto, geopolítica e economicamente o grande Brasil se assemelha mais com os grandes PALOP, pela relevância das questões geográfica e econômicas como participe do império Português” (RIZZI, 2012, p. 71).

Portugal estabelecia uma ligação entre os países que estavam sub o seu controle, na qual a Guiné-Bissau e Brasil faziam parte, logo isso vem só nos mostrar que, o que existia era simplesmente uma ligação que foram estabelecidos pelos portugueses para melhor facilitarem as suas atividades comerciais ultramarinas, ligando os dois lados do Oceano Atlântico Sul, até que ainda a Guiné-Bissau e o Brasil estavam sub o domínio dos colonizadores portugueses.

A ligação entre Brasil e o continente africano foi cortado a muito tempo, após a segunda metade do século XIX, de acordo com Rizzi (2012), onde a demanda do Estado brasileiro passou a ser focalizado nas resoluções dos seus problemas fronteiriços, pelo que, limitou muito

a sua política externas nas sub-região, os interesses do Brasil passava pelas estas resoluções, onde outra questão vinham depois.

Como o nosso foco é entender as principais razões que motivaram a cooperação entre os dois países no plano sociopolítico, pelo que, podemos entender existe muitas motivações, mas o objetivo é compreender os principais fatores motivadores dessa cooperação, na qual vamos poder debruçar a nossa análise sobre algumas delas, salientando que destacamos dois momentos muito importante na história entre o Brasil e continente africano, neste caso, a cooperação com os países da língua portuguesa que consideramos relevante para o desenvolvimento da nossa pesquisa, mas a análise vai ser inclinado em especial para a Guiné-Bissau onde fizemos divisões em duas fases.

Embora não esteja dentro da nossa delimitação dos anos estabelecidos, mas faz se necessário pelas relevâncias que o mesmo vem tendo na compreensão da segunda fase, nessa primeira fase procuramos mais analisar as primeiras motivações que foram ditos pelos alguns estudiosos desse assunto sobre uma cooperação com o continente africano, essa motivação ajuda nos compreender de forma possível a segunda fase.

2.1 PRIMEIRA FASE DA COOPERAÇÃO: MOTIVAÇÃO HISTÓRICO

A primeira fase dessa cooperação destacamos a motivação entre os dois países que vem sendo fundamental nesse processo, essa motivação são as ligações históricas que ambas tem em comum, o próprio presidente Jânio Quadros, conforme Rizzi (2012), afirma que o “Brasil tinha aspirações comum com África”, e o país soube bem reconhecer este ligação histórica ao longo dos tempos com o continente africano na qual a Guiné-Bissau está localizado, mas mesmo assim havia muitos momentos em que o continente africano servia como espaço de manobras de grandes potencias para outros interesses, como afirma Oliveira e Silveira, 2014, p. 14):

As crises do petróleo, em 1973 e 1979, contribuíram para uma aproximação com o continente africano, tendo em vista que a crise atingiu os principais países parceiro do Brasil em relação ao comércio de petróleo. O Brasil achou na África ajuda para sustentar-se na crise, durante o período as importações brasileiras de petróleo chegaram a 70%.

Diferentemente do que afirma Rizzi (2012), fazendo uma análise sobre a citação de Oliveira e Silveira (2014), podemos compreender que o discurso do presidente Jânio Quadros, sobre a motivação do Brasil com o continente africano, que segundo ela tem a ver com as

questões histórica, mas o que podemos entender é que essa motivação surgiu devido a necessidade do aumento da economia do país, pelo que tinha que procurar o continente africano implantando as suas estratégias para melhor conseguir.

Essa crise do petróleo criou uma certa motivação para que o Brasil procurasse celebrar as cooperações com África em forma de poder tirar proveito com intuito de poder alevantar as suas economias, visto que o país precisava de levantar a sua economia, levando em consideração de que a década 70 o Brasil se procurou mais o continente africano para celebrar a cooperação, aspecto que será tratado com mais profundidade a frente.

Mas com esta virada do Brasil para África começou a fazer com que o continente ganhasse mais fibra para poder crescer muito nas suas política externa, onde essa intenção brasileira relativamente ao crescimento do continente africano, não vai ficar simplesmente relacionado só nas questão externas, mas também é de ajudar a própria sociedade africana a poder se desenvolver em muitos aspectos que vai trazer os benefícios próprio dentro do continente e ainda estes benefícios ajudará no crescimento do continente.

Esta determinação do Estado brasileiro em poder ajudar um continente que foi roubado e massacrado várias vezes pelos colonizadores vem sendo a cada vez motivado devido as estratégias que o próprio Brasil tem para o continente e para a sua política externa, a pesar de muitos motivos do retorno não forem revelados devido as questões geoestratégico do próprio Estado brasileiro, mas ao longo de análises entenderemos algumas delas.

A pesar que a política externa brasileira teve alguns momentos ambíguos devido a sua relação com Portugal nas colônias portuguesas conforme Visentini e Pereira (2006, p. 2):

Após a Segunda Guerra Mundial, a relação com Portugal era importante para os sucessivos governos brasileiros, que barganhavam o apoio eleitoral da comunidade de imigrantes lusitanos (estimulado por Salazar, através das Casas de Portugal), em troca do apoio brasileiro ao colonialismo português nos fóruns da ONU. Além disso, o Brasil evitava apoiar a descolonização, pois Dakar era um ponto estratégico de escala das comunicações aeronavais com a Europa e Portugal era membro da OTAN.

Todo este processo fazia o Brasil distanciar mais ainda do continente africano, pelo que dava tudo para poder conseguir o apoio de Portugal, razão pelo que evitava apoiar o processo de descolonização no continente africano, essa ambiguidade comprometia estado brasileiro na busca por uma ascensão na sua política externa, ainda de acordo com Rizzi (2012), uma outra grande ambiguidade é usar a política externa como defesa dos interesses nacionais onde as suas representações vêm em forma de barganha.

Como já viemos a problematizar sobre a nossa desconfiança sobre as primeiras razões das motivações, que tange nas questões históricas, mas o uso da política externa brasileira em forma de barganha, compreendemos que essa política foi utilizada com o objetivo de garantir o aumento da sua economia, visto que a demanda da política externa que era liderado pelo regime militar estava debruçado nas questões que exigia o resultado de imediato.

A década de 1970 foi ano em que muitos países africanos tomaram as suas independências, também é a primeira vez que o governo brasileiro deu mais atenção para África e procurou se ampliar as suas políticas externa no continente africano, onde passou a olhar o continente como um mercado com grandes potencialidade para o desenvolvimento da sua economia, só após esta década que o Estado brasileiro passou a ter outra visão com o continente africano considerando esta mudança do perfil da diplomacia brasileira junto dos PALOP como uma estratégia de poder construir a sua cooperação com a mesma.

O Brasil procurou ampliar as suas cooperações quer nas áreas políticas, recursos naturais assim como nas áreas sociais pensando nas melhores formas de poder não só dinamizar a sua política externa, mas também criar a sua identidade no continente, essa criação da identidade brasileira, não só passa por um reconhecimento das suas obras através das cooperações que o mesmo vai realizar junto dos países que fazem parte do continente africano, mas também ampliação do seu poder de barganha.

O Brasil sempre priorizou os países da língua portuguesa na qual consideramos como saída para obtenção da sua ascensão na sua política externa lembrando que sempre procurou de uma forma ajudar estes países do PALOP na altura para que os mesmos conseguiram as suas independências. Ainda debruçando essa nossa análises nas motivações com África e em especial a sua cooperação com a Guiné-Bissau, mas para que tudo isso vem acontecendo, o Brasil precisava estar ao lado dos países que naquela altura não tinham alcançado as suas independências juntas dos colonizadores, a tarefa do Estado brasileiro é de ajudar esses países a poder conseguir as suas liberdades foi o que ele fez, sempre procurou reconhecer estes cinco países chamado os PALOP.

O momento emblemático na defesa aberta da descolonização, por parte do Brasil – já iniciado em XXVI Assembleia Geral das Nações de 1972 – ocorreu em Junho 1974, quando Itamaraty recebeu da Organização da Unidade Africana uma comunicação oficial em (04 de Junho) solicitando, que o país como amigo do Portugal, exerça sua influência junto ao novo governo português em favor da concessão da independência de Moçambique e de Angola e o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau. (OUA, 1974, p. 67, apud RIZZI, 2012, p. 92)

Este posicionamento de Brasil face aos pedidos da Organização do continente africano sugerindo para uma negociação com Portugal sobre a concessão da independência, isso vem mostrando o interesse do Brasil com o continente africano, que são muito desejados pelo Estado brasileiro para uma futura cooperação com aquele continente, pelo que a independências desses países, neste caso, Angola e Moçambique e conseqüentemente o reconhecimento da Guiné-Bissau como um país independente.

Como acima citamos, o Brasil não pensou muito nas suas ligações com Portugal e nem na questão de negociação com Portugal, como já tinham um pacto de amizade. O pedido foi formulado na carta que recebeu da Organização da União Africana (OUA), pedindo o Brasil a exercer as suas influências junto do seu amigo, e, depois de receber a carta logo tomou a iniciativa de poder estar ao lado dos países que estão a pedir as suas independência para os colonizadores portugueses, essa posição do Brasil é uma posição que não é visto bem na sociedade portuguesa como vem afirmando Oliveira e Silveira (2014), que a quebra do “tratado de amizade” pelo governo do Brasil criaria uma rotura com Portugal.

No tratado de amizade de acordo com as duas autoras era que o Brasil explicasse para o Portugal quaisquer coisas que pretendia fazer com o continente africano, mas, o Brasil sentiu que ele não estava ganhando com isso, o único ganhador neste caso vai ser o Portugal, então decidiu abrir uma frente sem a vontade portuguesa, essa atitude tomada pelo Brasil criou um mal-estar nas duas sociedades.

Mas nada alterou a posição do Brasil, pelo que, ajudou muito estes países a poder alcançar as suas independências e depois faz se reconhecer a Guiné-Bissau como um país independente, antes mesmo que o próprio Portugal fez um reconhecimento formal como colonizador, declarando a Guiné-Bissau como um Estado independente, de acordo com Rizzi, (2012, p. 92) “o Brasil sente que tenha uma ligação pela raça, pela cultura e pela história com este povo do outro lado do Atlético Sul”.

Este reconhecimento faz nos entender que o Brasil tem um plano com os cinco chamados PALOP, porque sabes que para desenvolver a sua política externa vai precisar de ter estes países que falam a mesma língua com ele, onde a cooperação com estes países seria muito importante para a construção dos seus alicerces.

A Guiné-Bissau como primeiro país africano da ex. colônia portuguesa independente dos jugos dos próprios colonizadores portugueses depois de vários séculos como afirma o Carvalho (2016), e o Brasil também como um dos primeiros países a reconhecer aquele país africano como independente no ano de 1974, afirma Rizzi (2012), que este ano deve ser compreendida como momento que o Brasil mais abriu a sua política externa para com muitos

países africanos, mas principalmente os da colônia portuguesa, procurando se estabelecer as suas cooperação com os novos países na medida de poder ajudar esses países a crescer, como recém independentes.

Estes países precisavam adquirir as experiências dos outros países já em nível mais avançado, afirmam Milani, Conceição e M'Bunde (2016) em relação aos próprios países africanos recém independente, onde este crescimento passaria a proporcionar os países africanos sobretudo os de língua portuguesa mais visões de poder se posicionar face aos desenvolvimentos, procurando assim o caminho para o seu incremento através da política externa, assim vão poder abrir espaços para a criatividade política.

Com esse interesse brasileiro, por mostrar que o único ganhador no tratado feito com Portugal neste caso “tratado de amizade 1955” nos levaria a indagar sobre as suas motivações para as celebrações das cooperações com o continente africano nessa primeira fase, se é realmente que só são as questões dos dois lados do Oceano Atlântico pelo ter compartilhado juntos a mesma história como afirma Rizzi (2012) ou tem outras intenções além da aquilo que viemos a mostrar acima.

A Guiné-Bissau conquistou a sua independência desde os anos de 1973, essa independência foi proclamada de uma forma unilateral sem o reconhecimento do colonizador Português, depois de passar um ano Portugal fez o reconhecimento formal no dia 10 de setembro de 1974.

De acordo com os dados publicado pelo Itamaraty, disponível no portal do Ministério das Relações Exteriores na internet, o Estado brasileiro começou a sua cooperação diplomática com a Guiné-Bissau deste que reconheceu o país como um Estado independente nos dias 18 de julho de 1974, salientando que o Brasil foi o primeiro país do Ocidente a reconhecer a Guiné-Bissau como independente. O Brasil aproveitou do pedido da Organização da Unidade Africana (OUA), o pedido que permitiu lhe ter outra posição nas suas relações com o continente africana, onde este pedido era para ser uma negociação com Portugal, na qual nem chegou a acontecer essa negociação devido a determinação do próprio governo brasileiro.

Era só pedido para poder usar a sua influência para melhor facilitar numa rápida concessão das independências dos países que estavam sub jugo da colônia portuguesa, este é o oportunidade que o Brasil teve e logo aproveitou para se aproximar mais ainda dos países africanos e conseqüentemente apresentação de muitas programas para uma futura cooperação com estes países, de acordo com Rizzi (2012, p. 85), essa “estratégia brasileira no sentido de se colocar como país-ponte entre os interesses do primeiro e do terceiro mundo”, essa ligação daria o Brasil estatuto no cenário internacional que ele mesmo quer atingir, para o Estado brasileiro

está estratégia levará o país para o cumprimento das metas traçadas em busca das suas demandas, no entanto as opções eram pouco, pelo que, o continente africano favorecia e dava mais dinâmica nas realizações dos objetivos e na implantação das suas políticas externas com mais precisão.

Devido multilateralismo as novas alternativas são propostas pelos países emergentes, foram as razões que fizeram com que o Brasil procurasse aumentar os seus poderes de decisões nos fóruns internacionais, logo o próprio Brasil é obrigado por sua demanda a criar uma estratégia dentro da sua política externa para a consolidação dessas mesmas demandas, pelo que, é preciso apostar muito nas cooperações com outros países, neste caso, os países do continente africano são vistos como uma área de grande influência para o seu mercado.

O Brasil podia apostar nos outros países, mas a sua experiência externa através das suas cooperações regionais lhes trazem grandes experiências relativamente aos tempos perdidos ao tentar construir cooperações com alguns países da sub-região, contudo esse eixo era voltado mais para os EUA, em que ele mesmo procurava estar ao lado das grandes potências mundiais, mas via que ficar na sombra nos EUA nunca vai lhe ajudar a poder chegar ao nível que tanto procurou atingir, pelo que, sem mudanças de paradigmas nada daria certo em relação ao cumprimento dos objetivos.

O país precisava tanto da busca de um novo espaço, essa busca de um novo espaço provocou uma mudança de paradigma dentro do próprio Estado brasileiro proporcionavam um rápido enquadramento nos fóruns internacionais. A busca de novo espaço vai andando no mesmo diapasão para concretização dos objetivos de estender as suas políticas externas numa nova forma de globalização, o Brasil passa a ver o continente africano com bons olhos, onde passou a traçar o continente como a sua prioridade, reconhecendo que o continente africano, na qual lhe ajudou muito na construção da sua história.

O retrocesso do Brasil para o continente africana, que podemos chamar de processo de longo prazo ou da busca de um novo espaço, que vem sendo consolidado mais tarde pelos seguidos governos, essa virada do Brasil que tem várias motivações, pelo que, fizeram as suas políticas externas vem sendo muito importante para a realização desses objetivos.

Devido aos avanços industriais que o país tanto almejava atingir, para poder se manter a sua autonomia face aos outros países no seu desenvolvimento e para a realização dos seus objetivos que visa proporcionar um rápido crescimento econômica para uma realizações das suas demandas pelo que a política externa passou a ser um fator muito importante para a realização desse projeto de crescimento econômica, no entanto, faz nos compreender que as

suas estratégias utilizados com os países cooperados através da política externa, estava debruçado nos aumentos da economia.

Mas, ela usou esta política principalmente para com o continente africano, onde vários países tomaram as suas independências “autonomia política” e sempre esteve ao lado desses países para o reconhecimento das suas autonomias, mas principalmente os das colônias Português que ele tanto ajudou a poder se erguer para uma nova fase.

Chegou momento em que o Estado brasileiro deixou de lado muita cooperação devido às mudanças dentro país considerando que é um período onde poderes estavam nas mãos dos militares, como vem sendo confirmado por Oliveira e Silveira (2014), este afastamento de Brasil considerado como um afastamento longe dos países do “terceiro mundo”, razões que fez com que houvesse rupturas dentro do próprio Itamaraty, conforme Visentini e Pereira (2006, p. 1):

Essas ações que não levaram em conta os interesses políticos e estratégicos de longo prazo, apenas os interesses econômicos e financeiros imediatos, postergaram a implementação e renovação de projetos bilaterais, bem como o estabelecimento de acordos de cooperação no plano multilateral.

Com as mudanças naquela altura, lembrando que o Brasil estava sob liderança dos Militares, pelo que estes precisavam de um resultado de curto prazo, pelo que o continente africano não dispunha daquela condição, logo obrigou o Estado brasileiro através dos sistemas instalado pelo regime, a abandonar muitas cooperações com o continente africano.

Onde as suas cooperações com muitos países africanos foram deixadas de lados, fica exclusivamente relacionando com África do Sul. Quando o Brasil prepara para voltar a abraçar o projeto multipolar através da denominada cooperação Sul-Sul em especial com o continente africano fez com que o Brasil passou a ter outra visão relativamente aos países da língua portuguesa na qual a Guiné Bissau faz parte.

A visita do primeiro presidente brasileiro a visitar a Guiné-Bissau João Batista Figueiredo no ano de 1983, onde essa visita vem na base de fortalecimento da cooperação diplomática entre os dois países, o que mostra que o Brasil está na procura da sua matriz devidos aos vários países visitados pelo presidente brasileiro naquela altura, percorrendo muitos países do continente africano para fortalecimento das cooperações já existente entre os países do continente africano com o Estado brasileiro.

Essas visitas mostram que o governo brasileiro voltou novamente a procurar o continente africano para reafirmar a sua cooperação com a mesma intenção inicial pelos seguidos

Governos passados, muito embora com dificuldades dentro do continente, mas o Estado brasileiro através das suas políticas externa sempre viu no continente africano a forma de o Brasil sobressair não só economicamente, mas também politicamente através das suas cooperações com o continente africano.

Um outro fator muito importante que não podemos também deixar de lado quando estamos a falar das motivações e fortalecimento das cooperações entre os dois países é a criação de Zona de Paz do Atlântico Sul (ZoPaCAS), uma iniciativa brasileira na qual a Guiné-Bissau votou a favor do projeto devido a sua relação diplomática com o Estado brasileiro, pelo que sentia obrigação de poder votar a favor da proposta do projeto.

Esta cooperação entre os dois países teve momentos complicados, devido as instabilidades políticas ocorridas na Guiné-Bissau nos anos 1998, salientando que este conflito traz sérias dificuldades na política externa guineense, onde muitos países cortaram provisoriamente as suas cooperações com Guiné-Bissau.

Todas estas diversidades da trajetória nacionais provocada por regime estalado na naquela altura provocou o processo de diminuição do Estado brasileiro, para com o Estado da Guiné-Bissau nas suas cooperações, originário de um mal estar na esfera política e ao mesmo tempo na esfera social Bissau guineense, em que as tenções estavam muito alto, pelo que o Estado brasileiro mantinha as suas exigências para essa diminuição na realização das cooperações celebrados entre os dois países caso mantinha a instabilidade, mas as diminuição passaria principalmente nas áreas de educação e saúde, conforme Milani, Conceição e M'Bunde (2016), a educação e saúde fazem parte dos três grandes pilares na estratégia da cooperação internacional brasileira para com o continente africano, que mais tarde devido ao incumprimento por parte do Estado guineense pelas dificuldades acima mencionada e que não soube bem aproveitar as oportunidades dado pelo Estado, acabou de enfraquecer essa cooperação, pelo que foi reduzido muitos investimento brasileiro na Guiné-Bissau.

Considerando essa primeira fase como aquele que procura trazer as informações sobre as motivações relevantes fora da delimitação do ano que pretendemos estudar que é 2003-2015. Nessa segunda fase compreenderemos as novas motivações que fez o governo Lula a voltar a alinhar novamente com o continente africano.

2.2 SEGUNDA FASE DE COOPERAÇÃO: NOVO ALINHAMENTO

Já no governo Lula (2003-2010), a política externa Brasileira tinha ganhado novas dinâmicas nas suas implantações e realizações, com três grandes motivações, mas a priore as

suas estratégias tiveram grades percalços quer aos olhos das grandes outras potências e até obstáculos internos.

Conforme Visentini (2013), muitos partidos da oposição fizeram críticas pela forma como a política externa brasileira foi virada na sua maior parte para o continente africano, entendendo que o presidente Lula estava desperdiçando o dinheiro num continente sem futuro, mas isso vai nos ajudar mais ainda na melhor forma possível a fim de podermos compreender está segunda fase com governo Lula na frente.

Nessa segunda fase compreendemos que essa motivação não deve ser posta de lado, devido a posição que o mesmo ocupa na política externa brasileira que é o lugar que o país tanto almeja atingir no cenário das organizações internacionais, essa estratégia do Estado brasileiro que vem ganhando mais fibras já na era Lula, os seja, dos governos petistas.

Entender essas dinâmicas que o governo Lula utilizava, precisamos primeiramente entender o Mercosul e cooperação Sul-Sul, porque através dessa linha mestre que o governo Lula utilizou para poder atingir o continente como nunca o Brasil fez anteriormente na história da política externa.

Esta considerável mudança na política externa brasileira, ambicionando a cooperação e consequentemente a celebração dos pactos com os países africanos, pelo que isso vem mostrando a relevância dos países africanos na tática brasileira na procura das suas inserções na política internacional, considerando esse intercâmbio brasileiro com o continente africano, em especial os de PALOP, como aquele que visa um resultado de longo prazo.

Este desejo de querer atingir o nível mais alto no cenário internacional através das suas políticas externas, tornou ainda mais a política externa brasileira vivo e ativo, uma posição que vai lhe permitir dar sua contribuição nas tomadas de decisões no seio da própria organização e na implantação de algumas das suas ideias, pelo que, o país precisava arrumar aliados e consequentemente as celebrações das cooperações com esses aliados, conforme Ferreira (2009), essa busca é o que vai permitir o Brasil ampliar seus poderes de decisões nos principais fórum internacional, pelo que essas cooperações vai ajudar lhe atingir os seus objetivos de poder estar naquele lugar que tanto procurou chegar.

O governo Lula elegeu novamente o continente africano como uma das suas prioridades para a concretização desses objetivos que há muito tempo o país anda a preparar, pelo que podemos dizer sobre a sua política externa é, o que foi introduzido por Fernando Henrique Cardoso, embora virado mais para as sub região é o mesmo que foi dinamizado e consumado por Lula, mas a fatia maior passa pelos países africanos da língua portuguesa chamado os PALOP, onde a Guiné-Bissau faz parte, conforme Ferreira (2009, p. 15):

a despeito do discurso diplomático de que o Brasil deve resgatar a integração com a África devido as proximidades históricas, o motivo mais realista e plausível para esta aproximação é a busca por apoio na campanha por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Segundo discurso do governo brasileiro, é necessário reformar a ONU e seu Conselho de Segurança, que deverá contar com novos membros permanentes vindos da Ásia, África e América Latina.

Esse discurso acaba mostrando umas das principais motivações que fez com que o Brasil voltar a eleger o continente africano como o mais forte candidato para a concretização das suas demandas, já que a estratégia da sua política externa para com o continente africano vai ser em forma de poder ajudar na realização das infraestruturas e na dinamização de algumas obras dentro do próprio continente, em troca de apoios para a sua ascensão na política internacional, razão pelo que muitos países africanos reativaram as suas cooperações com o Brasil no sentido de poder alcançar mais outro patamar do desenvolvimento para as suas sociedades.

A demanda brasileira para as realizações dos objetivos vem sendo uma busca da sua evolução no cenário internacional, uma busca que não acaba numa simples cooperação, mas que vai muito para o investimento brasileiro nos próprios países na qual fez a cooperação.

No que tange a Guiné-Bissau que muitas das vezes viram a sua cooperação com Brasil sendo diminuída devido as sucessivas instabilidades política, assunto que analisaremos na próxima seção, onde vamos poder entender como estas sucessivas instabilidades vem afastando a Guiné-Bissau dos horizontes do desenvolvimento e conseqüentemente os retrocessos que as mesmas trazem pela a sociedade.

A visita do ex. presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva a Guiné-Bissau, em abril de 2005 conforme Rizzi (2012), que teve como objetivo a fortificação das cooperações afirmado entre os dois países, como supra citamos, devido as muitas dificuldades administrativas que abala aquele país, neste caso a Guiné-Bissau, que muitas das vezes sofreram não apenas pelos estragos causados pelos seus líderes no poder.

É no governo do ex. presidente Lula que o Brasil vem dinamizando mais a sua cooperação com os PALOP, estabelecendo uma Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileiro (UNILAB) com intuito de fortificar mais as suas cooperações juntos dos países do continente africano que fazem parte da comunidade que falam a língua portuguesa e incluindo o Timor Leste que pertence o continente Asiático, pelo que a UNILAB ela vai servir da preparações dos jovens quadros para estes países africano.

Considerando que a integração dos jovens quadros dentro da universidade pode ser ainda mais benéfico para a comunidade, permitindo assim a continuidade do projeto da fortificação da cooperação entre Brasil e o continente africano em especial os PALOP.

Lembrando que a UNILAB teve um papel muito importante após nova instabilidade política militar na Guiné Bissau no ano 2012, está instabilidade que atrapalhou o processo democrático para realização da eleição presidencial, conforme os autores (MILANI; CONCEIÇÃO; N'BUNDE, 2016, p. 21)

Além disso, a UNILAB também desempenhou um papel relevante quando foram aplicadas sanções internacionais, definidas no âmbito da CPLP, contra o Governo de Guiné-Bissau em 2012: uma corrida às bolsas pelos bissau-guineenses foi direcionada à UNILAB, o que nos leva a concluir que o Governo brasileiro adotou posicionamento intermediário entre uma suspensão dos Programas PEC-G e PEC-PG e a manutenção da cooperação com a UNILAB. Nesses dois anos (2012 e 2013) de suspensão dos programas PEC-G e PEC-PG, chegaram, respectivamente, 44 e 78 estudantes à UNILAB.

A postura do Estado brasileiro para com o Estado da Guiné-Bissau vem só mostrando que o Brasil está muito determinado na continuidade da sua cooperação com a Guiné-Bissau, a política utilizada para não desvincular totalmente com o programa da bolsa do estudo já que o PEC-G estão suspenso temporariamente devido a instabilidade política militar que violaram os direitos do povo bissau guineense na escolha do Presidente da República provocando as sanções internacionais vindo do CPLP, na qual a Guiné-Bissau é membro, essas sanções vem culminando com as suspensão das duas programas da bolsa do estudo para a Guiné-Bissau, depois de aplicado a sanção de suspensão o governo adotou a outra saída para melhor salvaguardar as relações das cooperações. O Brasil não contrariou as sanções, mas ele adotou uma outra política devido a sua cooperação com a Guiné-Bissau e também procurou mostrar a sua maturidade na sua política externa, caminhando assim para ascensão dos objetivos traçados. Um outro fator também que motivou muito essa cooperação entre o Brasil e o continente africano, na qual a Guiné-Bissau sempre é o foco central da nossa análise é o pagamento das dívidas históricas que o próprio governo brasileiro, principalmente dos governos petistas dizem ter com o continente africano e com os povos africanos, de acordo com Ferreira (2009), existe dois pontos polêmicos sobre a política externa brasileira para com o continente africano, pelo que, os que estão favoráveis a este magna visão de o Estado brasileiro voltar a eleger o continente africano como prioridade da sua política externa, afirmam que o “Brasil tem uma dívida a pagar com África, devido tempos que os africanos foram escravizados no Brasil”(FERREIRA, 2009, p. 120-121) os trabalhos forçados praticados pelos esses escravos ajudaram muito o Brasil a superar muitas dificuldades e construíram muitos infraestruturas e enriquecimento do próprio país, também a vinda destes escravos foram muito determinantes para a construção e desenvolvimento do Brasil.

Essa lógica vem mostrando que esse reconhecimento dos que estão favoráveis a esta cooperação foram motivados por questões do passado dos trabalhos escravistas, conforme Visentini e Pereira (2006), as condições para as motivações da cooperação Brasil com o continente africano que depois ganharam um novo impulso com Luís Inácio Lula da Silva vem na base de “país com grande população de afrodescendentes e o debate interno em torno da igualdade racial, estão presentes na visão brasileira sobre a necessidade de aproximação e cooperação” (VISENTINI; PEREIRA, 2006, p. 12) com o continente africano.

Quanto aos desfavoráveis acham que o Brasil não tem nada a ganhar com a cooperação com continente africano, recordando que essa ideia dos desfavoráveis foi defendida pelo presidente cessante Fernando Collor de Melo, segundo afirma Rizzi (2012), onde o Collor disse que a demanda brasileira é superior ao continente africano pelo que o Brasil precisa estabelecer as suas cooperações com outros continente dando mais atenção nas cooperações da sub região, o que mostra que o Collor tinha outra intenção, que não é intenção de poder ajudar o continente a crescer, mas para ele a África não dispunha mais daqueles recursos para poder responder com as expectativas das demandas brasileira. O próprio Lula mostrou que a cooperação do Brasil com o continente africano é uma obrigação política que o país tem de cumprir.

A nossa percepção faz nos compreender que esse tipo de discurso utilizado pelo presidente Lula é um discurso que está muito coberto pelas retóricas políticas, considerando que o Estado brasileiro não é também aquele Estado muito bonzinho como podemos pensar, isso quer nos dizer que cada cooperação feita entre os dois ou mais países ela vai ter o seu proveito pelas ambas partes.

Uma outra motivação é a formação das elites africanas nesses cinco países que compõem os Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa, de acordo com Milani, Conceição e N’Bunde (2016, p. 22), que “a presença de Portugal e do Brasil nos cinco PALOP chama a atenção, o que pode evidenciar alguma forma de competição na formação de elites africanas” estas ideias foram o que reafirmamos sobre as implantações da identidade brasileira dentro da própria comunidade, vendo os investimentos que o Brasil realiza dentro dos cinco PALOP nas áreas de educação superando assim o Portugal nos investimentos como afirma Carvalho (2016).

Isso mostra que o Estado brasileiro, através da sua política externa, a partir do mandato do presidente Lula começou a não preocupar se com os resultados de curto prazo como faziam os seus antecessores, as suas estratégias estão baseadas num resultado de longo prazo, sem levar em conta os investimentos feitos para depois gerar os benefícios, até as formações dos quadros africanos é uma forma de o Brasil depois tirar o proveito dos países africanos, mas principalmente os que fazem parte dos PALOP.

3 A SITUAÇÃO SOCIOPOLÍTICA GUINEENSE E BRASILEIRA: COMPLEXO E ADVERSIDADE COMPARATIVA

O objetivo desta seção é compreender como desenrolou a situação sociopolítica entre os dois países nos anos de 2003 e 2015, ainda compreender os passos na busca de uma superação das dificuldades, falando da situação sociopolítica sem especificar em que contexto vamos poder analisá-la seria um campo muito amplo, assim superando a nossa demanda, mas neste caso, analisaremos as questões sociais dos dois países focalizando assim sobre as questões como: a pobreza, a educação, também analisaremos de que forma as estratégias políticas falharem principalmente na Guiné-Bissau e as instabilidades políticas entre os dois países.

A Guiné-Bissau entrou na democracia, na última década do século XX, mas continua com as precárias situação econômica, política, social, mas como o nosso foco central é compreender a situação sociopolítica guineense, e da mesma forma também analisaremos a situação sociopolítica brasileira, pós a redemocratização em 1988 do século XX, alguns anos antes da inserção da Guiné-Bissau na democracia, depois de vinte anos da ditadura militar estalado naquele altura no país, o Brasil conseguiu uma mudança de paradigma muito significativa para o seu povo.

Com aderência da democracia, Guiné-Bissau passou a identificar se com os países democráticos, na qual contemplavam a liberdade de direitos e igualdades sociais a fim de poderem melhorar as dificuldades vividas no momento. Apesar de grande diferença existente entre Guiné-Bissau e Brasil, não só pela magnitude, mas também pelos avanços em termos políticos e superação de algumas dificuldades básicas em termos sociais feito no mandato na qual focaremos, considerando a Guiné-Bissau como imaturo nessa andança.

3.1 A SITUAÇÃO POLÍTICA GUINEENSE

Após a sua entrada na democracia, realizou se a sua primeira eleição geral nos anos de 1994, que foi ganho pelo PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde), na qual dirigiu a luta da libertação nacional da Guiné-Bissau, que depois de alguns anos continuou as tensões política no seio do partido vencedor da eleição geral. De acordo com Barros (2014), a realizações da primeira eleição na Guiné-Bissau teve como as coisas as pressões interna e externa:

Por um lado, o processo de liberalização política que levou à realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994 foi fruto de pressões internas decorrentes da necessidade de uma maior abertura do regime militar que se instalou no poder depois do golpe de Estado em 1980. Por outro lado, esse processo foi igualmente resultado de fortes pressões externas resultantes da liberalização económica nos finais da primeira metade dos anos oitenta, no contexto da qual o país se viu confrontado com uma elevada dívida externa, fruto da implementação desastrosa de um Programa de Ajustamento Estrutural. (BARROS, 2014, p. 15)

Os dois fatores condicionaram de uma certa forma a caminhada do país para o desenvolvimento levando em consideração, estas duas pressões neste caso interna e externa que foram colocados ao Estado da Guiné-Bissau. O país não dispunha dos recursos humanos suficiente para uma boa administração da função pública, já que a exigência passa a ser maior em relação ao regime anterior.

Desta feita mostra que a nossa entrada na democracia foi sem uma boa preparação, no sentido de uma ampla discussão com a sociedade, pois a medida vem de cima, ainda com a ideia de perseguição do adversário político, trazido do campo da batalha, mas esta ideia vem sendo um dos fatores comprometedor das instabilidades políticas que mais tarde gerou no ódio entre os elementos do mesmo partido onde pairava as desconfianças entre as camaradas, que na altura liderava o país, então a situação política começou a piorar se.

Faz se relevante ainda mencionar que, desde o conflito militar ocorrido no país no ano 1998, lembrando que este conflito teve lugar dentro do capital Bissau, diferentemente do que aconteceu em Angola ou Moçambique, fora da cidade, um elemento a ter em conta neste conflito é que ele não só distribuiu as infraestruturas dentro do capital conforme IPAD (2008-2010) “o conflito político militar de 1998-1999 e as crises políticas que se seguiram, afetaram negativamente o crescimento de PIB” (IPAD, 2008, p.16), é muito evidente que este conflito afetou o crescimento económico, mas também afetou de uma forma direta o começo da democracia bissau guineense, lembrando que o conflito teve lugar no decorrer do mandato do primeiro presidente eleito democraticamente pelo povo, este conflito durou onze meses, assim impediu o presidente de terminar o seu mandato de cinco anos, depois as outras chefes de Estado foram eleitas e retirado do cargo sem terminar o mandato.

Todas estas mudanças trouxeram uma imensa dificuldade no que tange ao crescimento da política guineense, sendo um país novo no cenário democrático que acabou se aliando com muitas incoerências dentro da própria lógica democrática, as sucessivas golpes do Estados e derrubes do governo são reflexo das primeiras instabilidades na qual geraram ódios no campo político, onde os líderes políticos transportavam as suas dificuldades para quartéis onde sempre faziam alianças com militares com intuito de desestabilizar o adversário político.

O golpe ocorrido nos anos de 2003 no país, que afastou o chefe do Estado Kumba Yala do seu cargo, vem apresentando todas as evidências das dificuldades dos líderes políticos guineense perante aos olhos da comunidade internacional, assim o país fica marcado com outra instabilidade política e social. Este golpe de Estado foi o que realçou mais ainda a confiança dos militares a intervirem na vida política sem razões suficientes para as suas ações.

Os acontecimentos como a morte do General das Forças Armadas Verissimo Correia Seabra em 2004, vem sendo aquilo que se chama das ações de ajustes das coisas, segundo a própria linguagem dos militares que reclamavam os ordenados pela manutenção da paz na Libéria. Analisando as teses das chefias militares, justificando as razões da morte do General compreenderemos que esta resposta esteja longe de umas justificativas para os seus atos.

Do ano de 2007 para frente acelerou o ritmo da instabilidade no país, a morte de Lamine Sanha, o refúgio de Carlos Gomes Jr. Junto a instalação da ONU, na Guiné-Bissau e tortura do líder político Silvestre Alves criaram ainda mais desconfiança no campo político, onde as tensões a cada dia ficavam ameaçando a paz social, fazendo com que os que viviam na capital Bissau, têm medo de ficar lá devidos as experiências que os acontecimentos do passado lhes trazem.

Assassinato do Presidente da República Nino Vieira e do General das Forças Armadas Batista Tagme Na Waie nos dias 1 e 2 de março do ano 2009 (os dois no exercício do poder) mostraram claramente que a situação política guineense está longe de chegar a seu fim, isso tudo devido a clima de ódio que apresenta na esfera política e que era transportado para a sociedade. A morte do General aconteceu devido à explosão de uma bomba, pelo que, os militares acharem que o presidente Vieira estava envolvido na morte do General Tagme, mas conhecendo as retóricas que sempre foram utilizados pelos militares compreenderemos que isso tudo não deviam resultar no assassinato do Chefe do Estado.

Lembrando que antes deste acontecimento havia um atentado de golpe contra a figura do presidente Vieira em 2008, onde o contra-Almirante Bubo Na Tchuto foi acusado de querer derrubar o Presidente da República, e o mesmo tinha que abandonar o país para pedir asilo político no país vizinho, Gambia.

Após a morte do Presidente da República e do General das Forças Armadas, com o sumiço do cargo por José Zamora Induta, e Carlos Gomes Jr, Primeiro Ministro na altura, sendo chefe do executivo que liderava o país, foi desencadeado o período da tortura no país, onde ninguém podia falar mais sobre os acontecimentos principalmente pelo meio da comunicação social, nessa época muitos políticos fugiam do país devido as tensões políticas e o regime estava ganhando o seu alicerce todos os dias.

A candidatura do Primeiro Ministro Carlos Gomes Jr. a presidência da República em 2012, fizeram com que ficava evidente aos olhos da sociedade bissau guineense ruptura dentro do PAIGC, as opiniões contra essa candidatura alegavam que isso é contra o Estatuto do partido, na qual o presidente do partido é indicado ao cargo do Primeiro Ministro, mas o presidente não pode ser o candidato ao cargo da Presidente da República. Ao contrário, os que apoiavam a candidatura do Carlos Gomes Jr. ao Presidente da República justificavam que ele pode sim, porque de acordo com a constituição da República ele tinha todas as condições.

Todas estas divergências dentro do PAIGC e rápida ascensão que o Primeiro Ministro queria na altura sobre a sua pessoa fizeram com que a desconfiança aumentou muito na realização da eleição presidencial de 2012. Lembrando que o líder do partido da oposição no parlamento Ex. Presidente da República Kumba Yala, dizia que devia haver o recenciamento eleitoral de raiz e depois para a realização da eleição.

Com o avanço da realização da eleição parecia que tudo estava certo, após o termino do primeiro turno, onde o Gomes Jr. saiu como vencedor e o segundo colocado é o ex. Presidente Yala, este último formava uma coligação dos candidatos derrotados nas eleições para não realização do segundo turno, segundo a declaração do Yala como porta voz da coligação dos candidatos na conferência de imprensa é que não vai haver segundo turno, devido a irregularidade ocorrido no primeiro turno.

Isso de certa forma motivou outra vez o envolvimento dos militares na senda política do país, sentiam se como um juiz político na altura, quando queriam colocar colocam e quando queriam afastar afastam, os próprios dirigentes políticos passaram a servir os interesses dos militares em vez de preocuparem com o grande índice da pobreza que cada dia estão crescendo dentro da nossa sociedade.

Devido aos prestígios que eles ganham e acumulam ainda riquezas e que alguns políticos saem também como ganhador, isso faziam com que as instabilidades políticas cresciam a cada dia de maneira que passou a enclausurar o incremento do país.

As intervenção dos militares na vida política passou a ser uma pratica repetidamente, isso mostra que a instabilidade política guineense vem sendo a cada vez difícil de ser resolvida, ainda conforme Barros (2014), a sociedade bissau guineense revoltou com a forma que as Forças Armadas Revolucionário de Povo (FARP) estavam atuando no país, passaram a atuar fora dos seus campos de ações, desvinculando assim das forças armadas garante das estabilidade nacional, passou a ser aquele forças armadas que aumenta crise política:

mais do que nunca, a sociedade civil envolveu-se num debate aberto sobre a necessidade e o papel das Forças Armadas no futuro da Guiné-Bissau, em pleno exercício dos valores democráticos de um Estado de direito, que a ser consequente poderia contribuir decisivamente para uma verdadeira reforma do setor da defesa e da segurança. (BARROS, 2014, p. 20)

Apesar de várias interpretações a volta de interrupção do processo democrático da segundo turno da eleição presidencial de 12 de abril de 2012, mesmo assim, isso não legitima as ações das forças armadas no processo democrático e, essa ação motivou muito as concertações das organizações internacionais e principalmente das sociedades civis a fim de exigirem a FARP que coloquem na pratica as suas responsabilidades, levando em consideração que as instabilidades não só cria as degradação no campo político, mas também traz muitos retrocessos sociais e econômico, sendo a Guiné-Bissau um país pobre.

Sabendo que a política é um reflexo da sociedade, quando as coisas não estão bem a sociedade sempre acaba pagando com as consequências do mesmo, ainda tendo consciência que a Guiné-Bissau depende muito de ajuda externa pelo que estes tipos de instabilidades precoces não vão ajudar em erguer a nossa política para uma compatibilidade levando em conta as exigências do milênio.

O principal fator no campo da política de toda instabilidade desenrolado no país desde os anos de 2003 a 2015 acaba envolvendo a demissão do Primeiro Ministro, consequentemente derrube do governo, salientando que a Guiné-Bissau tem regime semipresidencialista onde a lei dá o poder ao Presidente da República para demitir o Primeiro Ministro assim que houvesse razão para tal, mas isso não é uma coisa que foi pensado ainda para uma resolução, e pensado na melhor forma como poder evitar estes tipos de situação repetidamente que sempre acaba de gerar consequências negativas no país.

Levando em conta as cíclicas instabilidades política desencadeada pelos partidos e autores políticos desde abertura política no país, compreenderemos que as permanências das instabilidades têm a ver com a luta desenfreadas dos partidos políticos irradicação de certos grupos no poder, impedindo assim a cada dia o avante do país para desenvolvimento.

Muitas eleições foram realizadas na tentativa de poder mudar a conjuntura política que se viviam no país, o mais estranho ainda que parece é, que, na história da democracia guineense nenhum governo eleito democraticamente chegou a cumprir o seu mandato assim como o Presidente da República também eleito pelo povo, a proposito destas instabilidades política o país já conheceu 7 presidente da república e 20 primeiros ministros na sua história, pelo que devia ser 6 (seis) Primeiro Ministro de acordo com os anos de mandato, ou seja, desde abertura política se tudo estivesse correndo em situações normais.

Várias vezes os militares interferiram e violaram a constituição da República constantemente desde que acabaram com o regime do partido único para multipartidarismo, lembrando que haviam muitas dificuldades no campo político e social antes da entrada do país na democracia, mas de acordo com Teixeira (2015), a inserção da Guiné-Bissau na democracia permitiu assim a criação de algumas organização não estatal para melhor atuarem em outros campos a fim de reforçarem a luta pelas dificuldades existente no país, não só, mas também de minimizar grandes dificuldades no campo social.

O surgimento das primeiras organizações da sociedade civil no país teve impactos positivos nos exercícios em cumprimento dos seus objetivos, onde isso mais tarde acabaram de ser o fator motivadora do surgimento de várias organizações juvenil devidos aos empenhos das primeiras em busca do incremento do país com o intuito de criar outras visões na sociedade Bissau guineense.

Conforme Saraiva (2008), a imagem que o mundo fora tem do continente africano é aquela imagem associada de guerras, doenças e fome dentro do continente, a alteração deste cenário de visão que o mundo fora detenha acerca do nosso continente deve às nossas responsabilidades, sabendo que as características atribuídas para o continente africano, pode ser mudado se todos os demais líderes políticos pautarem para o desenvolvimento do seu país, como no caso da Guiné-Bissau. Portanto, a situação política que se vive na Guiné-Bissau pode conhecer a sua mudança de paradigma, dependendo dos comportamentos dos políticos com militares, tudo o que é no campo político deve ser resolvido dentro do campo político, não nos quartéis.

Em 2003, a Guiné-Bissau, por pertencer a Comunidade da Língua Portuguesa e o Brasil na altura presidia a presidência da comunidade conforme Visentini (2013), o Brasil procurou inteirar da situação da Guiné-Bissau, que atravessava sérias crises políticas e institucional, a situação política vivido no país é certo que preocupa muito a comunidade internacional, como afirma Amorim (2010, p. 144, apud PIRAGIBE, 2014, p. 31):

O Brasil tem uma preocupação especial com a Guiné-Bissau. Não é por meio do isolamento ou do abandono que a comunidade internacional logrará resolver os problemas que ainda persistem naquele país irmão. Precisamos de modalidades mais inteligentes de cooperação, que promovam o desenvolvimento e a estabilidade, e incentivem as indispensáveis reformas, sobretudo, no que tange às Forças Armadas.

Falar da situação política guineense nos traz muitas inquietações sobre as suas resoluções, faz se entender que a conjuntura política guineense que se vivia desde os anos de

2003 a 2015, ameaça muito a paz social, e afunila sempre os projetos políticos que podiam ser muito úteis para o desenvolvimento do país.

A maior questão atual que se coloca é, como ultrapassar as grandes dificuldades causadas muitas das vezes pelos nossos políticos, devido as constantes instabilidades políticas e conseqüentemente insegurança social? Será que má situação política vivido no país a mais de uma década tem a ver com o atraso no crescimento das sociedades na busca do incremento?

Respondendo as duas indagações acima, começando pela primeira, a forma mais viável para a resolução daquilo que tem causados várias dificuldades na procura de uma política consolidada, que outra hora entendemos como fator do nosso atraso em relação aos outros países. Estas dificuldades têm que ser selecionados e resolvidos.

Se o Estado da Guiné-Bissau não criou as políticas públicas para poder minimizar as dificuldades que muitas das vezes acabam sendo fatores das instabilidades dentro do próprio campo político, pelo que isso vai continuar a afetar a política da Guiné-Bissau, seja ela internamente bem como externamente, essa política vai continuar ainda com muitas dificuldades.

O derrube do governo do PAIGC no ano 2015, na qual estava sob liderança do primeiro Ministro Domingos Simões Pereira, pelo presidente José Mario Vaz, apoiado pelo mesmo partido na eleição presidencial realizado no ano de 2014, vem confirmando todas as evidências na qual mostramos desde está nossa análise da instabilidade política guineense do que os líderes políticos guineenses carecem do diálogo em busca da solução dos impasses políticos, muitas das vezes eles mesmo criam invenções com base nos pressuposto falsos para fundamentar as instabilidades criadas por eles. Entendemos que este grupo são números de pequenas pessoas que sempre querem estar no poder mandando, sem ser o ministro ou chefe eles não podem trabalhar em nenhum local, e são essas pessoas em busca do poder que muitas das vezes provocam o mal-estar no país, desencadeando assim uma luta pela necessidade da sobrevivência.

Levando em consideração a instabilidade política que se tornou visível no ano 2015, com a demissão do PM, veremos que o mesmo já foi levado fora do campo político para o campo social, já que essa pratica de derrubes dos governos civis tornou se muito frequente. Esta instabilidade política criado pelo PAIGC, Partido vencedor das últimas eleições gerais no país, dividiu de que maneira a sociedade bissau guineense como nunca houve nos momentos da crise como o conflito militar ocorrido nos anos de 1998, faz se necessário a concertação dos líderes políticos para que a sociedade guineense voltar a conviver novamente como conviviam, sem os incentivos separatistas.

Estas sucessivas crises políticas desde 2003 até 2015, afetou muito as estabilidades sociais, assim podendo perceber que as constantes crises políticas tornaram se a situação social do país ainda mais vulneráveis, como referimos em cima que muitos projetos podem ser descartados devidos as persistidas instabilidades políticas no país.

Referindo que a política externa da Guiné-Bissau não teve muitos êxitos devidos as persistidas instabilidades político implantados pelos partidos políticos, conforme Carvalho (2013), porém, estas instabilidades políticas não deveria servir como solução das referendas e das diferenças ideológicas no campo político, lembrando que várias vezes as cooperações conseguidas pelo Estado da Guiné-Bissau através do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, várias vezes estes cooperação acabam não realizados devidos as subsequentes instabilidades no país.

3.1.1 Situação Social da Guiné-Bissau

Apesar da grande diversidade dentro da sociedade bissau guineense que são notáveis só pelas diferenças étnicas ou em termos das manifestações culturais, mas também pelas diferenças religiosas. Essas diferenças nunca afastaram o povo para uma convivência harmônica, pode se perceber que a composição da nossa sociedade ela é diversificada só pelas diferenças em termos étnicos e manifestações culturais e estas diferenças culturais não são fatores que ameaça a separação na sociedade bissau guineense.

Também as desigualdades sociais não são muito notáveis pela grande margem da diferença em relação ao Brasil na qual abordaremos a sua situação social mais em frente, mas mesmo assim, existe desigualdade dentro da sociedade bissau guineense, apesar de mercado do consumo na Guiné-Bissau está muito aberto sem depender da condição do status social, o que quer dizer que aquelas pessoas com nível de vida mais alto se juntam o mercado com os de condição de vida mais baixa. Mas como já referimos anteriormente, as sucessivas instabilidades políticas aumentaram muito o nível da pobreza na sociedade bissau guineense, esses aumentos da pobreza no país teve o seu fundamento nas instabilidades políticas.

Com elevado índice da pobreza que assombra a cada dia a sociedade bissau guineense as dificuldades vêm sendo muito notória nas convivências da população em geral, levando em consideração o nível da pobreza na zona urbana que é, muito alto quanta mais nas zonas rural do país, como referimos a falta do desenvolvimento econômico sempre provoca o desemprego em qualquer que seja país do mundo, sabendo que a população da Guiné-Bissau tem maior parte dela jovem desempregado.

Quando aos números dos desempregados no país foram maiores em relações aos empregados, sempre, trazem as consequências negativas para a sociedade, as atividades na qual podiam gerar o emprego para a sociedade o mesmo é exportado para outros países.

Uma das maiores atividades econômica do país é pesca e agricultura, esse último é feita através da venda da castanha do caju, conforme os dados de (DENARP, 2011), Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, o país conseguiu arrecadar um crescimento econômico da exportação de castanha de caju de 6,3% em 2009, e ainda conforme a mesma fonte o preço de exportação obteve aproximadamente 30% de redução.

Mas o que essa exportação da matéria prima para outros países tem de melhor para a sociedade bissau guineense? A exportação de qualquer produto não explorado para outro país seria como a quebra da oferta do emprego no país e mandando aquela oferta do emprego para a sociedade daquele país onde produto bruto vai, lembrando que maior número da população guineense não tem emprego, então porque não criar uma política de exploração destes recursos dentro do país em vez de mandar o produto não explorado para outros países depois estes produtos vão voltar a ser comercializados no seu país de origem novamente.

Enquanto não houver uma política do desenvolvimento dos nossos recursos dentro do país, as nossas sociedades sempre vão continuar nas dificuldades que já não é mais contado nas outras sociedades, se analisarmos os recursos naturais que a Guiné-Bissau dispõe chegaremos à conclusão de que a sociedade bissau guineense não deveria ter maior parte da sua população desempregado, levando em consideração o número da sua população.

Essa falha no desenvolvimento dos recursos no país dá para entender o quê que ele traz para a sociedade, as suas consequências para a sociedade são muito graves, não só pelo fato do aumento do número do desemprego no país, mas também vai reduzir o nível da produção social, senão vejamos a taxa do IDH que o relatório da UNIOGBIS nós mostra.

A Guiné-Bissau é classificada pelo relatório no 177º lugar entre os 187 países classificados. O país caiu quatro posições de 2008-2013, com o Índice de Desenvolvimento Humano de 0,396, cuja esperança de vida é de 54 quatro anos de idade. (UNIOGBIS, 2014)

Vendo o nível de desenvolvimento humano caindo conforme o relatório da (UNIOGBIS, 2014), isso nos mostra que o grande nível do desemprego no país e constante instabilidade política constituída pelas lutas por manutenção no poder, onde estás lutas trazem uma degradação na estrutura política econômica e social do país o que pode levar um estado de crise e pobreza, assim contribuindo no afastamento de paz social na sociedade bissau guineense,

a nossa posição é justificada pelos fatos citados em cima, a precária situação da vida no país, faz nos ficar numa posição dos países mais pobres do mundo.

De acordo com (CRESPO; GUROVITZ, 2002), ao analisar a pobreza, estes dois autores nos mostram que a conceituação da pobreza é muito complexa, mas podemos estudá-la quer no aspecto econômico ou não econômico ou ainda procurar entender da fraca estrutura sociopolítica que várias vezes a sociedade vai dependendo.

Para Carvalho (2016), a crença no discurso do de que os países ditos ricos vão ajudar os ditos não ricos, simplesmente este discurso passa a ser repetitivo e os que são pobres o número da pobreza continua a aumentando.

Uma declaração altruísta é fundada na crença de que os países ricos poderiam ajudar as pessoas dos países pobres a ultrapassarem suas desvantagens. Passados quase 60 anos, os líderes mundiais continuam fazendo declarações semelhantes. A pobreza continua a aumentar, os pobres são cada vez mais pobres e o fosso que os separa dos ricos alarga-se com o passar do tempo.

Esta noção de pobreza aplica-se não só às pessoas como também às nações. De um lado, estão os países (doadores) com recursos e meios; do outro, os países pobres (receptores), sem recursos, sem meios, sem infraestruturas e, muitas vezes, mal administrados.

Mesmo assim, esta situação tende a perpetuar-se, a menos que as ajudas sejam de acordo com as necessidades dos receptores e não como acontece muitas vezes, em que os doadores disponibilizam tipos de ajuda inadequados que nem sempre são as mais necessárias ou prioritárias para aqueles países. (CARVALHO, 2016, p. 98)

A partir da reflexão da citação acima podemos entender que o caminho para reduzir a pobreza na Guiné-Bissau, tem que ser a responsabilidades dos líderes guineenses que muitas das vezes façam mal administração dos recursos públicos, não da comunidade dos doadores, porque estes doadores muitas das vezes englobam as dificuldades dos países do continente africano, sem levar em conta a demanda de cada país para a superação da pobreza.

Ainda, em função desse conceito visto que a nossa pobreza não está ligada pelas faltas dos recursos naturais, mas sim ela está muito ligada pelas faltas de aplicação das programas sociais de desenvolvimento e as persistidas conflitos políticos no país pelas lutas do controle do poder político, estas são os principais fatores que contribuíram para o nosso atraso e aumento da pobreza na Guiné-Bissau, porque a Guiné-Bissau apresenta potencial de recursos para levantar a sua economia, criar a coesão social e melhorar os indicadores sociais.

Percebe-se, que quando a política do desenvolvimento utilizado pelo qualquer Estado que não está vinculada ao camada juvenil e inclusão dos pobres, se considera que essa política não tem alicerces para a sua aplicação, se bem que a juventude é a força motriz para o desenvolvimento de qualquer povo, seja ela economicamente, socialmente e politicamente, mas

quando a política do desenvolvimento que se desvincula das camadas mais pobres da sociedade, também pode se considerar uma política sem alicerce, mas no que tange a Guiné-Bissau a juventude que é força para o seu desenvolvimento ela não é associada a sua participação no exercício na política pública para o desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Ainda conforme Crespo e Gurovitz (2002, p. 5), a pobreza pode ser um fator para a privação dos conhecimentos: “Essa definição não despreza o fato de a pobreza também ser caracterizada como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido, pois uma renda baixa pode ser a razão primeira da privação de capacidades de uma pessoa”.

Com esta citação, mostra claro o quanto a pobreza interfere no desenvolvimento do nosso conhecimento, um país como a Guiné-Bissau onde o nível da pobreza fica acima do cinquenta por cento da população, isso de certa forma vai interferir na produção para desenvolvimento, muitas das vezes a pobreza causa uma ruptura com as normas sociais diminuindo assim os nossos campos de ação.

A Guiné-Bissau tem muitas dificuldades em termos econômicos, políticos e sociais, fica muito evidentes essas dificuldades na sociedade guineense, de modo que esses obstáculos enclausurou o país pelas razões acima mencionados, de maneira que o país não conseguiu reestruturar e tornar se dependente das ajudas externas, compreendemos que o país tem qualidade para se reconstruir e sair das situações que foram postos.

Debruçando sobre a precariedade no sistema do ensino guineense, neste caso ensino público, e as condições para a realização do estudo na Guiné-Bissau veremos que as sucessivas greves no setor da educação sempre trazem as consequências negativas para a sociedade bissau guineense, porém, a maioria da população está vivendo numa pobreza extrema, onde as famílias não possuem recursos suficientes para pagar as escolas privados e maioria dos estudantes guineenses estudam nas escolas públicas.

A falta do investimento no sector da educação é motivo para as sucessivas greves que acontece no setor da educação e essas greves não só traz o atraso em termos dos anos de cursos, mas também ela vai diminuindo a concorrências das pessoas que estudaram nas escolas públicas em relação aos aqueles que estudaram nas escolas privados, pelo que essas situações sempre acabam de gerar um mal-estar social.

Todos estes fatores, mais outros que nós não elencamos fizeram com que a qualidade do sistema educativo guineense se encontra em degradação, visto que não se pode falar do sistema da educação, ou a questão da qualidade da educação na Guiné-Bissau, perdendo de vista o sub sistema educativo de base que é a parte do sistema social, de que a realidade guineense atravessa quer conjunturalmente ou de uma perspectiva mais ampla num cenário

muito crítico entre Inter relações as situações ou a relação de nexos que existe entre sistema social e sistema educativo. Os sucessivos conflitos políticos no país de uma certa forma acaba de afetar a sociedade bissau guineense, conforme Sagreman et al. (2012), os problemas sociais que estavam com grandes dificuldades de ser colocados na prática, devido a elevados índices da pobreza que habita no meio da sociedade guineense, pelos estragos causados pelos conflitos políticos, de uma certa forma traz impactos negativos dentro da própria sociedade, e ainda estes problemas políticos criaram muitas barreiras para a realização de muitos projetos que podiam mudar a vida da maioria da população guineense.

As grandes organizações financeiras internacionais que costumam financiar programas para o desenvolvimento vão cortar estes financiamentos pelo país, razão que vai criar a degradação social e que a sua solução não vai ser uma solução fácil de encontrar.

3.2 SITUAÇÕES POLÍTICA BRASILEIRA: CONTEXTUALIZAÇÃO E A SUA POLÍTICA EXTERNA A PARTIR DE 2003

O marco da política externa brasileira para com o continente africano, conforme (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2014) começou a partir da década 60, procurando assim o seu reconhecimento a nível internacional, conforme autoras, mesmo com a ditadura militar no país o Brasil procurou realçar a sua política externa, muito embora a paz social ficou ameaçado durante o período em que militares tomou o poder.

Falando da situação política brasileira é falar das revoluções que o mesmo traz dentro das suas estruturas, após o último período da ditadura militar ocorrido no ano de 1964-1985, sua retomada a redemocratização lhe ajudou a recuperar o seu estatuto, mas mesmo assim o país continua querendo progredir internacionalmente.

O ano 2003 foi um marco muito importante na política externa brasileira, mas principalmente com os países africanos, apesar de várias desconfianças quer dentro do Brasil assim como fora do país sobre a imagem e a capacidade do presidente Lula na função de Presidente da República. Com o governo Lula, a política externa brasileira passou a ter outro perfil diferentemente dos seus antecessores que fizeram a cooperação com o continente africano mas, sem um grande investimento dentro do continente, de acordo com Rizzi (2012), a década 70 foi ano que Brasil esteve ao lado do continente africano em ajudar os países africanos, a poder conseguir as suas afirmações como nações independentes, também reconhecendo alguns como independente antes dos colonizadores, mas as suas investidas nunca foram como o do governo Lula. Este governo, não só pelas suas dinâmicas nas políticas externas sub-regional,

mas a sua própria política externa geo-estrategicamente virado mais para o continente africano vem dando muito sentido ao cooperação sul-sul através das suas investidas.

Como a cooperação Sul-Sul que é pautada dentro dos preceitos igualitárias entre os países, surge como uma alternativa aos planos traçados numa logica do Norte Sul, essa lógica de igualdade foi o que vem orientar a política externa brasileira para os países em desenvolvimento, na qual os países africanos de língua portuguesa fazer parte (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2014).

Com o mandato do ex-presidente Lula na qual debruçaremos também as nossas análises e da ex. Presidenta Dilma, pois os dois ex-presidentes estão inseridos no marco temporal do nosso trabalho, muito embora esse último não deu continuidade em termos da política externa para o continente africano como fez o seu antecessor, mas mesmo assim merece as nossas análises para compreendermos situação política a partir dos anos 2013, que vem alterando toda a conjuntura política brasileira.

Como referimos acima, o começo do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve muitas desconfianças, mas ele conseguiu levar a política brasileira ao pódio da comunidade internacional como os seus antecessores procuravam fazer mais sem grandes êxitos, no seu mandato o Brasil conseguiu destacadas etapas de crescimento econômico capitalista e de inclusão social, em especial pelo consumo das populações.

A ambição da política brasileira nos anos 2003 para frente, não estava limitada na apreensão da relação com apenas um único país, neste caso como fez os antecessores que sempre procuravam manter as suas relações com países do Norte, entre eles, o Estados Unidos, é claro que ele mantinha uma relação econômica com EUA, mas não é da mesma forma como era feito no passado.

Essa ambição do governo Lula em poder criar muitas cooperações com vários países em especial ao continente africano foi o que vem dando muito relevo à cooperação Sul-Sul, essa ampliação feita pelo governo através das cooperações permitiu o país não só ter somente um arcabouço geoestratégico para com os países cooperados, mas também procura as suas ascensões no cenário internacional.

A política do governo Luís Inácio Lula da Silva sempre priorizou o continente africano onde a Guiné-Bissau faz parte, mas isso tudo tem as suas razões no campo político na qual estamos analisando. Brasil fazendo isso pensou não só na forma de poder ajudar estes países na medida de encontrar as soluções quer nos campos econômicos políticos e social, mas também em poder sair na linha da frente dentro da própria comunidade.

Entende-se, que o mandato do ex. presidente Lula mudou a conjuntura política brasileira quer internamente e bem como externamente, o Brasil passou a ser um dos maiores protagonistas na política externa através da cooperação Sul-Sul como referiu Vicentini (2013), que essa política passa a ser “ativa e afirmativa” realçando as contribuições brasileiras fora do país.

A partir dos anos 2013, as mobilizações políticas e consequentemente as marchas organizadas em várias cidades do país apontavam aproximação de uma instabilidade política vizinhando o país, “o governo de Dilma afastou-se um pouco de suas bases calcada nos movimentos sociais”, de acordo com (MOURA; XIMENES; SARRIERA, 2014, p. 88) através desse afastamento narrados pelos autores fizeram com que os mesmos criaram uma hipótese sobre as possíveis razões das manifestações realizados no mês de junho do ano de 2013.

Mas de acordo com Souza (2015), as manifestações que pediam as melhorias, nas escolas, saúde e transportes, estes estavam a realizar uma manifestação das suas demandas, como falou o autor.

A classe média que foi em massa às ruas a partir do dia 19 de junho e que foi a responsável pela mudança de pauta das demandas por melhor transporte, escolas e saúde, típicas das classes populares, em favor das suas demandas centralizadas nas denúncias de corrupção – sempre estatal e personalizada, na verdade agiu tanto como “tropa de choque” dos interesses dos endinheirados quanto em interesses próprios (SOUZA, 2015, p. 91)

O autor ainda vai mais longe, chamando os manifestantes de cumprirem com os interesses dos endinheirados, mas a reação da ex. Presidenta Dilma de acordo com (MOURA; XIMENES; SARRIERA, 2014, p. 88-89):

Já a presidenta do Brasil compreende que esses movimentos reivindicatórios somente fortalecem a democracia e podem ser explicados pelas melhorias nas condições de vida dos brasileiros nos últimos anos que passariam a ter mais criticidade e poder de indignação. Por conta das manifestações, o Governo Federal aumentou os investimentos em mobilidade urbana e em educação, como também criou o Programa Mais Médicos.

Apesar das manifestações surtiram o efeito, o governo cumpriu com as pautas dos manifestantes, mas, mesmo assim as tensões políticas intensificaram-se muito mais ainda. É importante frisar que a crise política brasileira começou a dar o seu início antes da eleição de 2014, fomento por alguns meios de comunicação e grupos políticos na oposição, e isso não só teve aspectos negativos nas esferas políticas como já vimos a mostrar desde as análises da situação política da Guiné-Bissau, que a sociedade ela é reflexo da política, quando a crise, vai

se intensificar as consequências sempre acaba virando para a sociedade. Mas compreendendo que quando começou esta crise a política externa brasileira começou a ter muitas dificuldades ao que tange no cumprimento das suas demandas.

As referidas manifestações de junho do ano 2013 ocorrido no país também trouxeram uma queda na eleição realizada no país nos anos 2014, ganhado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), partido no poder e a Dilma Vana Rousseff foi reeleito como a presidente da república com uma diferença mínima do seu adversário Aécio Neves da Cunha do Partido Social Democracia Brasileira (PSDB). Com essa diferença mínima conseguido pela presidente fez com que o adversário derrotado entrou com pedido da auditoria das urnas eletrônicas junto aos Tribunal Superior Eleitoral (TSE), segundo Silva (2017), o partido derrotado justificava que “a população estava mostrando desconfiança com as urnas” este pedido não foi aceite pela instituição sendo considerado o pedido incabível ao processo.

Este cenário aumentou mais uma etapa da crise política que vai andando para a sua consumação mais afrente.

Esse aspecto negativo tornou-se ainda mais intenso logo após a sua reeleição, pois, além de o país continuar politicamente dividido em 2015, Dilma não conseguiu sustentar o feito econômico do governo Lula, sendo obrigada a utilizar iniciativas políticas que iam contra suas promessas durante o período eleitoral, deixando seus próprios eleitores insatisfeitos, por exemplo, o ajuste fiscal. (SILVA, 2017, p. 51)

Com a ruptura política conforme o autor supracitado, o próprio partido PT, que pertence a presidente reeleita não sentiu bem com ajustes fiscal, a intenção de cortar gastos e cortes nos programas sociais fizeram com que a base do partido entender que essa política vai se desvincular com o propósito do partido que era atender mais as demandas sociais, e foi isso o prometido nas campanhas eleitorais, ainda a citação faz nos entender que essa corte vai virar o objetivo do partido, em vez de servir a maioria vai passar a servir minoria, o que quer dizer o de classe baixa para classe dos elites.

Com isso, tudo indicava que os esforços conseguidos pelo governo Lula, avanços dos programas sociais e atenuação a desigualdade social, conseqüentemente este programa foi seguido pelo seu primeiro governo. Compreende-se que as pressões das outras fileiras políticas estavam a relegar todos estes esforços conseguidos pelo PT, e a presidente cedeu as exigências dos opositores. De acordo com Souza (2015), para compreendermos a força dos dominadores, embora não detenham poder política nas mãos, é fundamental compreender como funciona essa relação orgânica íntima entre a política e economia.

Falando da situação política brasileira vale muito realçar, o papel fundamental que a mídia brasileira desempenhou no começo de todas as instabilidades que se vizinhavam a esfera política. As estatísticas sempre apresentadas pela mídia eram desfavoráveis ao governo, os números dos que estavam contra o governo estavam a cada dia subindo, conforme as pesquisas apresentadas pela mídia brasileira.

Um outro fator também que não deve ser posto de lado quando estamos a falar da situação política brasileira é a operação Lava-jato, na qual uns grandes números dos políticos estavam sendo acusados por envolvimento na corrupção e os empresários também, estes últimos financiavam campanhas para ganharem mais chances pelas suas ações dos Estado.

Conforme os autores que trataram sobre o assunto, como Silva (2017), Souza (2015), e outros, ambos concordaram que a derrota e inconformismo do PSDB, representado por Aécio Neves nas eleições 2014, são um dos principais razões para instabilidade política no país, pelo que procuram aliados a fim de poderem afastar a ex-presidenta da república, utilizando a mídia como caminho para confundir a opinião pública sobre a real situação que o país enfrentava, mostrando que o único saída para que o Brasil votar a recuperar a sua economia e terminar com a corrupção é o afastamento da presidente, já que estes mesmos opositores responsabilizaram o PT como partido que institucionalizaram a corrupção no país. Com esta posição dos opositores aliados e as informações confidenciais que passavam na mídia, como a carta inscrito pelo Temer a presidente Dilma que vazou pela mídia mostrava claro que a instabilidade política estava num nível muito alto.

No dia 02 de dezembro de 2015, Cunha autorizou a abertura do processo da Presidente [...] deixando claro que arquivaria o pedido de *impeachment*, caso os deputados do partido da Presidente votassem pelo arquivamento de seu processo na Comissão de Ética em que era acusado de lavagem de dinheiro, enriquecimento ilícito e ocultação de patrimônio. (SILVA, 2017, p. 54)

O derrube da ex-presidente estava tudo acertada, senão vejamos as formas como a mídia brasileira tem fomentando assuntos com convicção e mostrando as evidências dos fatos. Todo este processo é um cumprimento daquilo que os opositores planejaram para a destituição da presidente eleita democraticamente. A própria citação mostra que se os deputados do PT votaram contra a abertura dos processos que ele (Eduardo Cunha) estava envolvido na comissão de Ética ele não abriria o processo, pode ser a verdade, mas as evidências mostravam que a oposição estava determinada a todo custo para o afastamento da presidente, que vem culminando mais tarde.

A abertura do *impeachment* traz grandes dificuldades para política brasileira, visto que ao princípio tudo era uma forma de atenuar a corrupção, onde o partido no poder (PT) foi responsabilizado como mandante da corrupção no país pelos partidos opositores, e a mesma tese foram reforçados pela mídia, confundindo assim a opinião pública. O povo não entendia como o país podia pagar com o processo de afastamento da presidenta eleita democraticamente, e nem paravam para pensar sobre a fracassa que a ditadura militar trouxe para economia brasileira.

O caminho percorrido pelos partidos da oposição trouxe grande dificuldade no crescimento do país, mas principalmente os da camada mais baixa, aqueles que são considerados pobres, tudo isso vem mostrando que o Brasil entra novamente no ciclo de ampliação da desigualdade social, assim aumentando a pobreza e incentivo para a delinquência e violência no meio da camada mais pobre. Tudo isso devido a situação política que são provocados pelos interesses da minoria das populações.

3.2.1 A Situação Social Brasileira

A pobreza tal como referimos acima é um fenômeno que está radicado em todo país do mundo, mas ela se diferencia dependendo do país para país, mas como o foco central da nossa análise está inserido entre as duas sociedades, como já tratamos o da Guiné-Bissau, também estamos analisando o grande índice da pobreza na sociedade brasileira.

No entanto, mesmo com a política voltada para a globalização e por inovação tecnológicas, conforme (MOURA; XIMENES; SARRIERA, 2014. p. 87), a estratégica política para a combate à pobreza na gestão de Itamar Franco e no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) ela é, “deslocada de um patamar político e governamental esboçadas na Constituição de 1988 para uma posição não política vinculada à filantropia”, salientando que a desvinculação da pobreza do plano político, sempre ele vai agravando uma outra dimensão, assim trazendo uma estagnação social, o que não só vai contribuir para a baixo crescimento social, mas também aumentaria o índice da delinquência e violência dentro da sociedade.

Do ano 2003 para 2013 nos governos de ex. presidentes Lula e Dilma, de acordo ainda com Moura, Ximenes e Sarriera (2014), procuraram combater a pobreza em maior número possível, compreendendo que os dois chefes do Estado souberam de ante mão que para atingir as demandas sociais, tenham primeiramente que combater a fome e depois venham outros objetivos, foi o que o primeiro governo do ex-presidente Lula fez, assim querendo superar os vazios deixado pelo FHC, na qual desvinculou a sua política conforme os autores acima citados.

Considerado o país com grande índice da pobreza e alto índice da desigualdade social, o Brasil entra na corrida para o cumprimento do objetivo do milênio, com a chegada do ex-presidente Lula no poder as situações sociais sofreram alterações muito significativo, essa quebra do paradigma na sociedade brasileira trouxeram o caminho para a paz social. De acordo com autores abaixo podemos ver que o presidente procurou sempre atingir esse objetivo do milênio.

Internacionalmente, o primeiro dos oito objetivos de desenvolvimento do milênio, volta-se ao combate da pobreza extrema. Para isso, esforços consideráveis têm sido feitos pelos governos e demais instituições mundiais e de países em desenvolvimento (BAGOLIN; ÁVILA; COMIM, 2012, p. 168)

Entende se, que no mandato do ex-presidente Lula, a pobreza e persistentes desigualdades sociais brasileiras foram muitos atenuados devidos as políticas sociais utilizadas para com os pobres e conseqüentemente essa política foi seguido no governo da presidente Dilma: minha casa minha vida e bolsa família. Essas políticas podem ter outros interesses no campo político, lógico, mas compreendemos que através dele o país conseguiu reduzir o nível da pobreza que era muito alto em relações aos períodos anteriores. Esses são um dos objetivos do milênio, com essa política utilizada pelos dois governos, permitiu o Brasil ganhar mais a confiança das organizações internacional atreves dessa política de combate à pobreza e desigualdade social.

É claro que, quando a desigualdade social tem um nível muito alto sempre se considera uma ameaça à paz social, senão vejamos o Souza (2015, p. 248), “uma das sociedades mais desiguais e perversas do planeta, e a raiz dos problemas brasileiros é vista em um espantinho” porque a própria desigualdade ele é originário de várias situações como a baixa nível da escolaridade para os pobres, onde a probabilidade dessas pessoas pobres chegar a um nível social alto é pequena, tendo em conta a sua construção social que Moura, Ximenes e Sarriera (2014), vai nos dizendo que essa construção ele é feito desde o período da escravatura, também a baixa renda, má condição de saúde e muitos outros que podemos trazer para discutir as desigualdades sócias no Brasil.

O autor vem ainda mostrando nessa obra que está construção vem desde o período escravocrata, mas que ainda persiste na sociedade brasileira, para que essas grandes diferenças estejam reduzidas dentro da sociedade brasileira é preciso criar uma política que vai incluir os pobres e os ricos para que os mesmos possam ter o mesmo direito de estudar juntos para uma convivência sem discriminação, era essa justamente a demanda dos dois governos.

Com o sistema político instalado pelos governos de ex-presidentes Lula e Dilma, que são elaborados para poderem aumentar a economia do país e regulamentar o mercado, porque assim, se consegue equilibrar o nível da desigualdade social em uma sociedade onde existe grande nível de pobreza sempre é dessa forma que pode ser desconstruído essa teia, embora a sua desconstrução total seria impossível tendo em conta o próprio sistema criado para subalternizar os pobres, mas a sua atenuação seria muito importante para uma boa convivência. Independentemente da política usada pelos dois governos com intuito de reduzir a pobreza radicado no país, mas o mais relevante é que essa política conseguiu levantar o Brasil para um nível muito alto do desenvolvimento, e aumento das suas economias, considerando que essa desconstrução da desigualdade na sociedade brasileira, criou um equilíbrio em termos da convivência entre o pobre e rico

Igualmente, há outras políticas do governo brasileiro que atuam no âmbito estrutural, como a política de acesso ao Ensino Superior Privado a partir do Programa Universidade para todos (ProUni) e ao Ensino Superior Público a partir da regulamentação que 50% das vagas das Instituições públicas (sistemas de cotas), para pessoas em situação de pobreza, que estudaram em escolas públicas ou afro-brasileiros e indígenas até 2016. (MOURA; XIMENES; SARRIERA, 2014, p. 88)

Salientando que estas são um dos programas implantados nos governos de ex-presidentes Lula e seguido da ex-presidenta Dilma com os objetivos de inclusão social, uma forma de permitir aqueles que não estão nas condições e nem a famílias têm essa condição de custearem os seus estudos para que eles possam estudar, mas o governo criou a política da universidade para todos como uma forma de atenuar as desigualdades sociais existente na sociedade brasileira.

Lembrando que o governo FHC tinha dito que o Estado é ineficiente conforme Souza (2015), razão que o mesmo não devia investir nas universidades públicas, de certa forma dava o poder de barganha às universidades privadas.

Quando Fernando Henrique dizia em seu governo que o Estado era ineficiente e, portanto, não deveria investir nas universidades públicas, as universidades privadas – todas muito mais eficientes que as públicas como todos sabemos – tiveram campo livre para expandir seus interesses (SOUZA, 2015, p. 191)

Conforme citação do mesmo autor, se pensarmos duas vezes, no entanto, podemos tirar a nossa conclusão que a política adotada pelo governo brasileiro liderado pelo FCH na altura, não estava voltado às classes mais baixas, mas sim essa política permitia com que a desigualdade social aumentasse mais ainda na sociedade, repare que ausência do governo numa

sociedade em que os números dos pobres são muito superiores aos das classes altas e ainda estes pobres ficarão sem acesso sem a escola pública.

Como já dêssemos em cima, os dois governos criaram vários projetos, como alternativas para reduzir as desigualdades, a criação de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), na qual vem atendendo a demanda da sociedade voltada para o fortalecimento e cuidados da população mais pobre. Tudo isso é para afastar o Brasil de fome, conforme Moura, Ximenes e Sarriera (2014. p. 88), que o plano Brasil sem miséria criada no governo Dilma, “que tem como a pauta a erradicação da pobreza extrema até 2014”, esses projetos criavam auto estima nas camadas mais pobres da sociedade brasileira.

A criação das novas escolas e novas universidades como o próprio programa disse, a universidade para todos, onde a forma do ingresso dos alunos nas universidades públicas é feita através da Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), todo este processo vem introduzindo uma nova dinâmica na sociedade brasileira, que apresentava um número muito significativo dos analfabetos no país, principalmente para aqueles de classe mais baixa, para entender com precisão as políticas utilizadas por dois governos na qual estamos referindo, primeiramente precisamos entender a mutação dentro da própria sociedade brasileira principalmente com aqueles de camadas mais baixas.

Salientando que todos estes projetos sociais criados pelo governo de ex-presidente e Dilma contribuiu muito para que as desigualdades bem como a pobreza fosse atenuado, muito embora o último governo da ex-presidente Dilma não conseguiu levar mais este projeto em diante devido lutas políticas abertas pelos opositores, o que vem criando retrocessos sociais pondo assim todas as conquistas alcançados pelo governo de ex-presidente Lula no decorrer dos seus mandatos.

Diante disso, percebe se que a pressão tem sido por parte da oposição que contestavam atuação do governo fez com que a continuidade desse programa estava andando para a sua decadência, lembrando que as políticas sócias é um dos alicerces para o desenvolvimento de um país, aumento do emprego formal, a estabilidade financeira e essas políticas, vai permitir ainda com que os mais pobres aumentaram a renda das famílias e criaram uma nova classe média. Mas a crise política que teve seu início nos anos 2013 e continuado apôs eleição de 2014, onde a ex-presidenta foi reeleita contribuiu significativamente na quebra do projeto iniciado com ex-presidente Lula e seguido pela ex. presidenta Dilma.

4 IMPACTO DA COOPERAÇÃO BRASIL GUINÉ-BISSAU NA SOCIEDADE BISSAU GUINEENSE

A Guiné-Bissau bem como os outros países africanos na qual faz as cooperações com o Brasil, vai ter os seus impactos quer nas áreas econômicas, políticas ou social dependendo das demandas dos países cooperado e esses impactos pode ser negativa ou positiva. Mas nessa seção pretendemos compreender as dimensões do impacto dessa cooperação dentro da sociedade bissau guineense.

A nossa preocupação nessa seção não é de compreender todo impacto dessa cooperação nas duas sociedades, conforme os objetivos acima referidos as delimitações nessa seção não pretendem discutir os impactos dessa cooperação na sociedade brasileira, visto que as suas dimensões em termos geográficas, de certa forma não será notável como o impacto que o mesmo pode ter na sociedade bissau guineense.

Os resultados provenientes de uma cooperação são muito importantes para mostrar se os objetivos da mesma foram atingidos e se ouve as respostas dos beneficiários em respeito ao cumprimento desses objetivos, pelo que essas são uma das formas para compreender os impactos de qualquer das cooperações celebrados para os devidos fins.

Como a sociedade bissau guineense é a sociedade cooperada, na qual estamos a analisar os possíveis impactos seja ela negativa ou positiva, mas se compreende que não se pode falar dos impactos sem explicar o conceito.

4.1 IMPACTOS POSITIVOS NA COOPERAÇÃO ENTRE DOIS PAÍSES

Atraves das cooperações feitos entre os dois países, o estado brasileiro através da sua política externa construiu as escolas da formação técnicas na Guiné-Bissau com o objetivo de ajudar a sociedade bissau guineense a criar a forma de poderem dinamizar as suas capacidades e forças do trabalho nas áreas técnicas. Lembrando que isso é um dos objetivos plasmado na cooperação Sul-Sul, conforme as duas autoras (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2014).

É interessante salientar que o Estado brasileiro construiu um centro de treinamento em Guiné-Bissau para a formação das seguranças na luta contra crimes organizados, tudo aos auspícios do escritório das Nações Unidas, conforme Milani, Conceição e M'Bunde (2016), também as construções dos centros de formações dos jovens estudantes bissau guineense executado por serviço nacional de aprendizagem industrial (SENAI), conforme Agencia

Brasileira de Cooperação (ABC), os objetivos é a estruturação e fortalecimento do sistema da formação profissional dentro da sociedade bissau guineense.

As formações profissionais estão inclinadas para Construção Civil, Eletricidade Predial, Costura Industrial, Refrigeração, Reparador de microcomputadores, Panificação, carpintaria, canalização, Confeitaria e Serralheria também no Centro de Formação Industrial (CENFI), é destacado a formação em transformações das frutas, como caju e manga. Todas estas formações vêm mostrando as obras do Estado brasileiro dentro da Guiné-Bissau, procurando assim fortificar a sua cooperação.

Com as formações recebidos pelos alguns jovens da sociedade em diferentes áreas de atuação, de certa forma ajudará muito a participação desses jovens não só como beneficiários do projeto, mas também pelos conhecimentos já adquiridos para a construção e execução dos planos para o desenvolvimento local.

É interessante notar que a criação desses centros de formações contribuiu muito no que toca ao desenvolvimento da sociedade bissau guineense, onde estes jovens têm aptidão para a reconstrução do país, principalmente quando é para criação das construções das infraestruturas do país que podemos considerar muito precário e os jovens formados através destes centros de formações brasileira servirão para responder a essa demanda.

Assim se percebe que estás duas escolas da formação profissional tem formados vários jovens desde a sua fundação, para que estes têm em mão os cursos que podem lhes ajudar a atuarem como agente da transformação social e econômica. Lembrando que através das cooperações o governo brasileiro tem atuado em vários sectores desde agricultura, segurança pública, saúde e educação para minimizar as dificuldades nesses sectores existentes.

Estes ajudas é o que vem trazendo muitos benefícios para a sociedade da Guiné-Bissau, criando assim um impacto positivo na sociedade, na medida que as populações estão usufruindo desses projetos quer em qualquer área, ela vai gerando um conhecimento que futuramente essas pessoas vai aplicar no futuro para por ventura pode ajudar direta ou indiretamente o Estada guineense.

Um outro fator muito importante que não deve ser posto de lado quando estamos a tratar dos impactos positivos dessa cooperação na sociedade bissau guineense é a abertura da aprendizagem da língua portuguesa e da cultura brasileira no centro cultural brasileira instalado junto a embaixada brasileira na Guiné-Bissau, visto que através deste centro muitos jovens apreenderam desenvolver as suas capacidades no que se refere ao conhecimento da língua portuguesa foi, o que viemos mostrando sobre a implantação da identidade brasileira nos PALOPs.

Portanto, vale ressaltar que a cooperação brasileira está focalizada na formação de recursos humanos e contribuindo assim para o crescimento da sociedade, visando assim a garantia da sustentabilidade e reaplicação do conhecimento compartilhado por meio da formação de formadores, se não, tentaremos compreender os benefícios dessa segurança dentro da sociedade, que vai alterando as conjunturas sociais, proporcionando assim saídas para o desenvolvimento no seio da sociedade.

A atuação nas áreas da formação da segurança pública no Centro de Formação das Forças de Segurança Brasil Guiné-Bissau (CFFSBGB), tem surtido grandes impactos na sociedade bissau guineense, salientando que através das patrulhas feitas pelos esses agentes houve uma redução muito significativa das violências dentro da sociedade, visto que o país estava aos olhos das organizações internacionais pelos tráficos das armas e de drogas, lembrando que a cooperação brasileira se baseia muito nos programas que procura selecionar as dificuldades básicas do país cooperado para continuidade do projeto do desenvolvimento desse país.

A escola da formação da Polícia Federal brasileira construída na Guiné-Bissau que é, a primeira escola da Polícia Federal fora do território brasileiro tem instruídos vários jovens que vem dando grandes contribuições nas investigações dos crimes organizados na Guiné-Bissau, principalmente no capital Bissau e estas investigações não só vem diminuindo as violências, mas também, traz os ânimos para a sociedade.

A atuação do Estado brasileiro na área de saúde na Guiné-Bissau, tem trazidos grandes benefícios para a população, a prestação do apoio na área de diagnóstico laboratorial do HIV e outras doenças infecciosas em Guiné-Bissau, como a malária de acordo com ABC, foram criados ainda o projeto de fortalecimento do combate ao HIV/AIDS na Guiné-Bissau, ainda conforme Cordeiro e Moreno (2015), este projeto apoia o governo da Guiné-Bissau a criar um roteiro nacional de diagnóstico precoce infantil com o objetivo de reduzir as taxas de mortalidade das crianças e o fortalecimento a combate do HIV/AIDS.

Entendemos que todos estes investimentos do governo brasileiro gerou um impacto muito positivo, seja no campo da formação dos jovens que vão dar as contribuições no processo do desenvolvimento do país e que esse desenvolvimento vai gerar um bem para a sociedade, contribuindo assim no retorno do projeto para o desenvolvimento do país que tanto são desejados dentro da sociedade guineense. Portanto, compreendendo a forma como estes jovens vão atuar em busca das produtividades econômicas isso vai diminuir muito as delinquências no meio da sociedade.

Efetivamente, para que possamos compreender as pluralidades desse impacto dentro da sociedade bissau guineense, precisamos antes de tudo, perceber o que não existia dentro da sociedade guineense, sendo assim, vamos poder tirar as conclusões possíveis sobre as mutações que ocorreu na sociedade guineense.

Um outro dado muito importante tirado no portal da Agencia Brasileira de Cooperação (ABC,2005), é o apoio na formulação e monitoramento do programa nacional para universalização do registro civil de nascimento em Guiné-Bissau, esta parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil trouxeram uma contribuição significativo para sociedade, também o projeto na área de Direitos Humanos visando o fortalecimento da Comissão Nacional dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau.

Estes acordos de cooperação feita no campo políticos principalmente no diz respeito ao apoio das urnas eletrônicas emprestado pelo Estado brasileira para a realização da eleição na Guiné-Bissau, tem ajudado bastante, na realização daquela eleição, visto que o país não dispunha de recursos para poder organizar uma eleição, mas o Brasil emprestou a sua urna para que a sociedade guineense possa exercer os seus direitos cívicos.

O Brasil como agente ativo da cooperação Sul-Sul, já no âmbito político procurou sempre implantar programas no continente africano em benefícios da sociedade, desdobra-se entre o apoio à democracia e aos direitos humanos e a sua tradicional posição de defesa da soberania e do não intervenção nos assuntos internos do país cooperado. Lembrando que governo de ex-presidente Lula teve uma contribuição muito significativo para a realização da eleição dos anos 2005 ganho pelo Nino Viera conforme (VISENTINI, 2013).

Elaborou vários projetos como viemos mostrando desde os princípios, estes projetos serviam para reduzir as dificuldades nessa área, visto que são áreas onde existem maiores dificuldades da sociedade bissau guineense, e o Estado guineense nunca conseguiu ultrapassar essas dificuldades, a maior demanda da sociedade guineense é na Saúde, Agricultura, Educação, Segurança Pública, foi justamente estas áreas onde o governo brasileiro mais investiu na Guiné-Bissau.

Este investimento brasileiro nas áreas de formação dos jovens guineenses, nos cursos técnicos ajudou bastante, facilitando assim, na superação das algumas demandas que outra hora, pelos escassos recursos financeiro para pagar a formação, era visto a camada juvenil entrando em outros campos da delinquência devido à falta de formação. Mas, com a formação desses jovens nos centros de formações profissionais brasileiros instalados no território guineense através da cooperação entre os dois países, permitiram com que estes jovens afastam se da delinquência.

4.2 IMPACTOS NEGATIVOS NA COOPERAÇÃO ENTRE OS DOIS PAÍSES

Após o começo da crise política brasileira nos anos 2013 para frente, a política externa começou a ter muitas dificuldades nas realizações dos projetos traçados pelo governo anterior, todas essas dificuldades vêm aparecendo a partir dos cortes feitos pelos governos tendo em conta a própria situação econômica brasileira, também compreendemos que o começo da instabilidade política não ajudou a continuidade da mesma forma que o país estava investindo na sua política externa.

De acordo com Cordeiro e Moreno (2015), ouvi muitos projetos que não foram concluídos, não só pelas instabilidades políticas brasileiras, mas também a própria sucessiva instabilidades políticas na Guiné-Bissau não ajudou na execução dessas obras, pelo que consideramos isso como um impacto negativo para a sociedade bissau guineense.

Levando em consideração os números de alunos que podiam formar e terminar os cursos técnicos, na qual gerariam uma produção econômica para o país se essas construções não estavam paradas.

O outro impacto negativo na sociedade bissau guineense é o cancelamento da bolsa do estudo de PEC-G para o Brasil após o atrapalhamento do processo eleitoral para eleições presidencial em abril de 2012 na Guiné-Bissau, o que gerou um impacto muito negativo na camada juvenil. Isso tudo vem mais uma vez confirmando aquilo que tratamos em cima, as instabilidades ocorridas no país contribuíram para que muitos projetos estejam paralisados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise e a compreensão dos principais motivos que fizeram com que o Brasil procurou novamente o continente africano, na qual procuramos entender a sua cooperação com a Guiné-Bissau, além disso, também a pesquisa nos permitiu uma ampliação do entendimento sobre o contexto histórico que vem dando uma clara compreensão da situação sociopolítica entre os dois países.

Com várias leituras feitas sobre os conceituados autores e autoras que trataram sobre a cooperação, na qual feita através das políticas externas, compreendemos que as motivações dessa cooperação Sul-Sul no caso do Brasil com o continente africano em especial Guiné-Bissau no plano sociopolítico têm muito a ver com o objetivo de garantir o aumento da sua economia, onde este aumento da economia vai lhe permitir atingir posição na política internacional, foi este o a primeira fase.

Levando em consideração que, com a sua ascensão economicamente ele vai poder investir para ganhar a credibilidade dos países cooperados que posteriormente vão lhe apoiar para o cargo do conselho da segurança das Nações Unidas. É claro que o Brasil não é bonzinho demais até no ponto de não ter interesse nas cooperações celebradas com o continente africano.

A vontade política que os dois Estados mostraram na celebração da cooperação no seu sentido mais amplo torna as vezes obscuros a contrapartida dessa ajuda que a Guiné-Bissau já ganhou por parte do Brasil e estes subjacentes interesses estratégico nos planos sociais e políticos foi o que mereceu uma apreciação na compreensão dessa cooperação ao longo do nosso trabalho, se ajuda realmente foi um ato de generosidade ou digamos que é dar sem esperar ganho no futuro ou foi de dar e receber mais tarde.

A segunda fase dessa cooperação está pasmada mais nas questões políticas, principalmente no que tange as reformas do Conselho Nacional de Segurança das Nações Unidas, visto que essas foi um dos maiores objetivos na qual o próprio ex-presidente Lula disse que seria muito necessária à sua reforma, assim contando com diferentes representações em cada continente que vai fazer parte deste.

A sua política externa sofreu fracasso não só pela crise econômica, mas a abertura do *impeachment* foi o que levou o país para direção errada, permitindo assim o aumento da desigualdade social que tanto era muito visível na sociedade brasileira, mas o ex. Presidente Lula reduziu essa durante o seu mandato na qual deu continuidade a ex. Presidenta Dilma, embora não chegou ao seu fim.

É notório que houve grande avanço significativo para a redução da desigualdade e em relação ao enfrentamento da pobreza na última década no Brasil, isso tudo se deve devido aos programas relevantes atendendo assim as demandas das populações, principalmente os das camadas mais pobres, mas este projeto foi frustrada devido ódio que a classe média tem dos pobres e a inveja que eles também têm da classe elite e os elites por sua vez nunca querem que essa desigualdade seja diminuída, visto que as manifestações que são organizadas por classe média e fomentadas pela mídia que participou de forma direta para a instabilidade política no Brasil, assim estagnando o processo da melhoria de vida dos pobres trazendo novamente o sofrimento dentro dessa camada. Com isso faz nos compreender que todo problema pode ser resolvido, se for selecionado e que haja a vontade política.

A situação política da Guiné-Bissau contribuiu muito de forma negativa para o não crescimento da política externa do país, pelo que muitas vezes o país fica refém de má acordo celebrados com benefícios pessoais, ainda concluímos que essa situação é o responsável pelo aumento da pobreza no país, as lutas que os líderes políticos desencadearam e fraca aplicação dos programas para o desenvolvimento do país, contribuíram de forma muito significativo para o não desenvolvimento do país.

Assim, compreendemos que a falta do incremento do país e a pobreza se deve a falta da vontade política, levando em consideração a mudança que aconteceu no Brasil atendendo assim a demanda sociais, mas a ausência da vontade política está mandando o país para o fundo do poço.

Os impactos da cooperação entre os dois países, na qual analisamos somente na sociedade bissau guineense de forma positiva e negativa, levando em consideração a forma que a sociedade bissau guineense acolheu e participou principalmente no que tange nas formações do Cursos Técnicos (CT) dos jovens, lembrando que da parte positivo é que essa cooperação ajudou muito na melhor forma possível na participação da juventude para o mercado de trabalho, visto que o nosso mercado ele não é tão exigente quanto ao título acadêmico.

Concluímos também que a situação política guineense teve a contribuição no impedimento para a realização de alguns projetos feitos na cooperação entre os dois países (Brasil e Guiné-Bissau), também a conjuntura política brasileira teve sua contribuição de forma negativa na política externa brasileira, assim estagnou muitos projetos devidos as dificuldades econômicas elencadas. Então foi a forma como analisamos os impactos negativos, diferentemente dos impactos positivos, na qual analisamos a partir da participação massiva dos jovens na formação e a contribuição que esses jovens tiveram no crescimento da economia do país.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **A Cooperação com os Países de Língua Portuguesa**. 2005.

BAGOLIN, I. Pengo; ÁVILA, R. Pires; COMIN, F. Vasconellos. Heterogeneidades Individuais Versos Intensidade da Pobreza em Porto Alegre/RS, **Revista da ANPEC**, v. 13, n. 2, p. 447-463, mai./ago. 2012.

BARROS, Miguel de. **A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, Desafios e Perspectivas**. EU/PANEE, 2014. Disponível em: <https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/soccivilestadogb_net.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2017.

CARVALHO, Ricardo Ossagô. **Política Externa da Guiné-Bissau; Crises Multidimensionais; Rupturas; Constitucionais; e a Questão das Múltiplas Pertencas Indenitárias na Formação do Estado/Nação- o Papel do ONU, CPLP, CEDEAO Para Guiné-Bissau**. Trabalho Submetido e Apresentado no 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Belo Horizonte, 2013.

_____. **Política externa e Estado frágil na Guiné-Bissau: crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais CPLP & CEDEAO (1973-2014)**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CAU, Hilário Simões. **A construção do Estado em Moçambique e as relações com Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Rio Grande de Sul, Porto Alegre, 2011.

CORDEIRO, Thais; MORENO, Marta. **A Presença Brasileira em Guiné-Bissau: Programas de Cooperação, Projetos e Objetivos**. Cooperação Internacional Brasileira, Dados da Agência Nacional de Cooperação, Departamento de Ciências Sociais, 2015. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2015/relatorios_pdf/>. Acesso em: 11 set. 2017.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A Pobreza Como Um Fenômeno Multidimensional. **ERA Eletrônica**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA NACIONAL DE REDUÇÃO DA POBREZA (DENARP). **Relatório do FMI - Guiné-Bissau: Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza**. Dezembro, 2011.

FERREIRA, Wallace. Política Externa do Governo Lula: Coalizões ao Sul Como Alternativa Multilateral. **Revista Debate**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 100-125, jan./jun. 2009.

GABINETE INTEGRADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA PAZ NA GUINÉ-BISSAU (UNIOGBISS). **Guiné-Bissau no Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**. Disponível em: <<https://uniogbis.unmissions.org/guiné-bissa>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5.e d. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO (IPAD). **Portugal-Guiné-Bissau (2008-2010)**. Programa Indicativo de Cooperação, 2008.

LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: UNESP, 2005.

MILANI, Carlos R. S.; CONCEIÇÃO, Francisco Carlos da; M'BUNDE, Timóteo Saba. Cooperação Sul-Sul em Educação e Relações Brasileira - PALOP. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 76, p. 13-32, jan./abr. 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **República da Guiné-Bissau**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5215>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

MOURA, James Ferreira; XIMENES, Verônica Moraes; SARIERA, Jorge Castelo. A Construção Opressora da Pobreza no Brasil e Suas Consequências no Psiquismo. **Quaderns de Psicologia**, v. 16, n. 2, p. 8-93, 2014.

OLIVEIRA, Adrilane Batista de; SILVEIRA, Camila Doyle. Cooperação Sul-Sul Brasil África: Mais do Mesmo ou Mudança de Paradigma. **Hegemonia: Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário UNIEURO**, Brasília, n. 13, p. 60-98, 2014.

PIRAGIBE, Clélia Virgínia Santos. A Participação Brasileira na Construção da Paz em Guiné-Bissau. **Boletim Meridiano**, v. 15, n. 146, p. 27-34, nov./dez. 2014.

RIZZI, Kamilla Raquel. **O Grande Brasil e os Pequenos PALOP: A Política Externa Brasileira Para Cabo-Verde Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974-2010)**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Programa de Pós-Graduação da Ciências Políticas, Universidade de Rio Grande de Sul, Porto Alegre, 2012.

SANGREMAN, Carlos et al. **Final Report to 1035 facility**: “Assessment of the development potential of the Guinea-Bissau diaspora in Portugal and France”. Lisboa: USD, 2012. Disponível em: <http://pascal.iseg.ulisboa.pt/~cesa/templates/cesa/images/DiasporaGuineBissau_OIMFinalReport.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2017.

SARAIVA, José F. Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 1, p. 87-104. 2008.

SEMEDO, Maria Odete da Costa Soares. Estudos de Sociologia: Revistando a Cooperação Brasil/África Face aos Desafios dos Novos Tempos. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco**, v. 15, n. 2, p. 107-120, 2009.

SILVA, Guilherme Oliveira. **A Ilegalidade da Recepção do Processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados Federais:** Uma Violação dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos À Constituição Federal. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

SOUZA, Celina. **Cooperação e Coordenação na Região Metropolitana de Salvador:** o contexto institucional. Salvador: UFBA, 2008.

SOUZA, Jessé. **A Tolice da Inteligência Brasileira:** ou Como o País se Deixa Manipular Pela Elite. São Paulo: LeYa, 2015.

TEXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo-Verde e Guiné-Bissau:** as relações entre a sociedade civil e o estado. Recife: Editora do Autor, 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A política africana do governo Lula.** Porto Alegre: Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais, UFRGS, 2006. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. **A África e as Potências Emergentes:** Nova Partilha ou Cooperação Sul-Sul? (A presença da China, do Brasil e da Índia). Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.